

**Relatório Técnico**  
**Programa de Educação Ambiental**

**Vale do Jarí**

**Setembro a Dezembro – 2011**

# Conteúdo

<b>1. IDENTIFICAÇÃO</b> .....	<b>4</b>
<b>2. EQUIPE DE EXECUÇÃO</b> .....	<b>4</b>
<b>3. APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>4</b>
<b>4. OBJETIVO</b> .....	<b>5</b>
<b>5. LEGISLAÇÃO</b> .....	<b>5</b>
<b>6. METODOLOGIA</b> .....	<b>5</b>
<b>7. RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL</b> .....	<b>7</b>
7.1. RECURSOS NATURAIS .....	8
7.2 ECONOMIA .....	8
7.3. Os MUNICÍPIOS.....	9
7.4. O MEIO RURAL .....	11
7.5. DISTRIBUIÇÃO DAS COMUNIDADES RURAIS NO VALE DO JARI .....	12
7.6. MEIOS DE TRANSPORTE .....	12
7.7. FONTES DE RENDA.....	15
7.7.1 FONTES DA RENDA FAMILIAR.....	17
7.7.2. <i>Custo de Vida</i> .....	24
7.8. ENERGIA ELÉTRICA NAS COMUNIDADES .....	29
7.8.1. <i>Fontes de energia</i> .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
7.8.2. <b>EDUCAÇÃO</b> .....	29
7.9. ASPECTOS AMBIENTAIS.....	30
7.9.1. <i>Resíduos</i> .....	30
7.9.2. <i>Utilização do solo</i> .....	31
7.9.3. <i>Criação de animais</i> .....	31
7.9.4. <i>Utilização da água</i> .....	31
7.10 COMUNIDADE DE SÃO FRANCISCO DO IRATAPURU .....	32
<b>8. RESULTADOS DO LEVANTAMENTO PARTICIPATIVO</b> .....	<b>34</b>
<i>Quadro 1 - Levantamento Coletivo de expectativas sobre o PEA – Santo Antonio</i> .....	37
<i>Quadro 2 – Levantamento de demandas locais – Santo Antonio</i> .....	38
<i>Quadro 3 – Levantamento de demandas locais de forma participativa - Santo Antonio</i> .....	39
<i>Quadro 4 – Levantamento de demandas locais de forma participativa - Santo Antonio</i> .....	40
<b>SUGESTÕES - (Santo Antonio)</b> .....	54
<i>Quadro 1 - Levantamento de expectativas sobre o PEA - Padaria e São José</i> .....	43
<i>Quadro 2 – Levantamento de demandas locais - Padaria e São José</i> .....	44
<i>Quadro 3 – Levantamento de demandas locais - Padaria e São José</i> .....	45
<i>Quadro 4 – Levantamento de demandas locais - Padaria e São José</i> .....	46

<i>SUGESTÕES - (Padaria e São José)</i> .....	55
<i>Quadro 1 - Levantamento de expectativas sobre o PEA</i> .....	48
<i>Quadro 2 – Levantamento de demandas locais - Iratapuru</i> .....	50
<i>Quadro 3 – Levantamento de demandas locais - Iratapuru</i> .....	51
<i>Quadro 4 – Levantamento de demandas locais - Iratapuru</i> .....	52
<i>SUGESTÕES - (Iratapuru)</i> .....	55
<i>AVALIAÇÃO GERAL</i> .....	54
<b>9 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>56</b>

## 1. IDENTIFICAÇÃO

### **Projeto Programa de Educação Ambiental - PEA**

**Período:** 2º Semestre 2011

**Ações:**

- Apresentação do Programa de Educação Ambiental - PEA
- Diagnóstico Socioambiental da região
- Levantamento Sócio-Participativo das comunidades envolvidas

**Concedente:** EDP

**Execução:** Fundação Orsa

## 2. EQUIPE DE EXECUÇÃO

### **Aila Fernanda Nogueira Regis – Fundação Orsa**

Agente de Desenvolvimento Social II

Tecnóloga em Meio Ambiente

### **Rosilene da Costa Cordeiro – Fundação Orsa**

Agente de Desenvolvimento Social II

Pedagoga

### **Aline Scaglia Tacon – Grupo Orsa**

Analista de Meio Ambiente

Engenheira Agrônoma

### **Mara Helena Macedo Porfírio – Fundação Orsa**

Coordenadora de Projetos Sociais

Assistente Social

## 3. APRESENTAÇÃO

A Usina Hidroelétrica Santo Antônio do Jari – UHE Santo Antônio do Jari está em fase de instalação no rio Jari, na divisa entre os municípios de Almeirim e Laranjal do Jari, fronteira dos estados do Pará e do Amapá. A potência instalada será de 373,4 MW, e a energia gerada será inserida no sistema interligado nacional, através da Linha de Transmissão: Tucuruí-Macapá-Manaus e parte dessa energia será destinada ao suprimento do estado do Amapá.

O empreendimento faz parte das obras do PAC – Plano de Aceleração do Crescimento, e as obras de construção da barragem e casa de força tendem a atrair um contingente significativo de trabalhadores, principalmente, para as áreas urbanas dos municípios de Laranjal do Jari, Almeirim e seu distrito de Monte Dourado, sendo também envolvido o município de Vitória do Jari. Com a finalidade de minimizar e compensar os impactos, decorrentes da implantação do empreendimento, está sendo implantado o Projeto Básico Ambiental – PBA.

O EIA / RIMA e o Projeto Básico Ambiental – PBA (composto de 38 programas) foram devidamente aprovados pelo IBAMA, que emitiu a Licença de Instalação (LI) Nº798/2001, em 03.06.11 autorizando o início das obras. A qualidade ambiental do futuro reservatório será garantida mediante a implantação adequada dos diversos programas que compõem o PBA, elaborados e desenvolvidos para minimizar e/ou compensar os impactos ambientais que serão provocados pelos fatores inerentes a este tipo de empreendimento e aqueles externos que surgem durante a obra.

Entre esses programas está o Programa de Educação Ambiental - PEA que está sendo utilizado como ferramenta para o desenvolvimento de valores e atitudes, na busca da qualidade de vida para todos, a fim de formar comunidades sustentáveis, onde prevaleça o equilíbrio entre as questões sociais, ambientais e econômicas.

O PEA contribuirá para a capacitação do público alvo das comunidades, com a participação de maneira formal, através das escolas municipais e estaduais, e não formal, através das comunidades ribeirinhas, agrícolas e extrativistas.

#### **4. OBJETIVO**

O objetivo principal do PEA é “realizar processos educativos capazes de promover a participação efetiva das comunidades da Área de Influência no controle social da gestão socioambiental do empreendimento, com o intuito de minimizar e compensar os impactos socioambientais no território e na dinâmica socioambiental e cultural local, decorrentes da instalação da UHE Santo Antônio do Jari.”

FONTE: Programa de Educação Ambiental da UHE Santo Antônio do Jari (PEA)

#### **5. LEGISLAÇÃO**

O desenvolvimento do Programa de Educação Ambiental da Usina Hidroelétrica Santo Antônio do Jari está legalmente fundamentado nas seguintes normas:

- Constituição Federal de 1.988, em especial o art. 225;
- Lei Nº 6.938/81 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente;
- Lei Nº 9.605/98 que dispõe sobre os Crimes Ambientais;
- Lei Nº 9.795/99 que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental;
- Decreto nº 4.281/02 - regulamenta a Lei Nº 9795/99;
- Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA;
- Programa Nacional de Formação de Educadoras (es) Ambientais – ProFEA;
- EIA/RIMA e PBA da UHE Santo Antonio do Jari.

FONTE: Programa de Educação Ambiental da UHE Santo Antônio do Jari (PEA)

#### **6. METODOLOGIA**

O relatório é composto de duas etapas sendo a primeira o diagnóstico socioambiental regional que de forma abrangente caracteriza o Vale do Jari, com ênfase na realidade das comunidades rurais da região; e a segunda, um levantamento sócio-participativo que teve como público alvo as comunidades situadas na área de influencia direta do empreendimento.

Para cada uma das etapas foi utilizada metodologia específica descrita a seguir.

## 6.1 - Metodologia para Diagnóstico Socioambiental

No ano de 2010, houve a elaboração de um Diagnóstico Socioeconômico da região do Vale do Jari. A ferramenta utilizada foi a aplicação de questionários para diferentes públicos. Os questionários (ANEXO) levantaram todos os aspectos sociais, ambientais e econômicos, objetivando uma caracterização detalhada da região.

### **Público alvo:**

- Lideranças comunitárias rurais;
- Moradores das comunidades das áreas de influencia diretas e indiretas do empreendimento;
- Representantes de instituições públicas e privadas que atuam na região.

Para a atualização dos dados primários e secundários do diagnóstico supracitado, em atendimento ao PEA, foi feito, em outubro de 2011, o diagnóstico rápido participativo nas Vilas existentes na área de influência direta (Vila Iratapuru) e Indireta (Vilas Santo Antonio da Cachoeira e Padaria).

## 6.2 - Metodologia para Levantamento Sócio-participativo nas comunidades da área de influência direta:

Os trabalhos foram realizados com base na Metodologia DOP – Desenvolvimento Organizacional Participativo, cuja autoria é atribuída ao ORGANIPOOL - Pool de Consultores Organizacionais no Contexto da Cooperação Internacional e busca dinamizar o processo de construção do grupo estimulando o engajamento criativo de seus integrantes por meio do diálogo e da escuta, num tempo-espaço direcionado para vivência, reflexão e conceitualização.

Trata-se, portanto, de uma metodologia de trabalho em grupo, caracterizada pela construção coletiva de saberes e atitudes, baseados na análise da realidade, na confrontação e intercâmbio de experiências e na construção de um senso de propósito e visão de futuro comum, cujo produto não se constitui apenas no resultado final do processo de aprendizagem, mas em mudanças de comportamento observadas e estimuladas durante todo o processo, como o autoconhecimento individual e coletivo, o senso de liderança e equipe, o compartilhamento de idéias, objetivos, tarefas e do poder e, finalmente, a aquisição pelo grupo, da cultura da democratização, empoderamento e gestão.

Para o alcance dos objetivos de levantamento de informações socioeconômicas e ambientais, de forma participativa, junto às comunidades alvo do PEA, foram selecionadas apenas três ferramentas específicas e suficientes para esse fim, a saber:

- 1) Levantamento de expectativas;
- 2) Caracterização socioeconômica e educacional
- 3) Avaliação individual.

Os trabalhos foram iniciados com o levantamento de expectativas, que consiste numa ferramenta de análise situacional, através da qual, o público alvo expressa inicialmente, seus anseios e receios sobre o tema em estudo e possibilita a aquisição de maior consciência pelo grupo em relação ao referido tema e objetivos do trabalho como um todo, além de subsidiar os facilitadores de informações para uma consciência imediata do clima organizacional do grupo e da realidade local.

O facilitador exerce um papel essencial na aplicação dessa ferramenta que é de favorecer o diálogo e compartilhamento de idéias no grupo, sem direcionar, demonstrando imparcialidade e confiabilidade, de maneira a assegurar que todos realmente participem, e extrair uma percepção, mais próxima possível da realidade, sobre a situação em questão, neste caso, a percepção dos

moradores sobre sua realidade socioambiental e a relação desta como o empreendimento UHE Santo Antonio do Jari.

Foram utilizados na aplicação desta ferramenta um painel contendo as perguntas norteadoras em tarjetas, flip chart, pincéis atômicos, papel e caneta para os trabalhos. Sua aplicação se deu considerando a disposição do público em forma de círculo, por se apropriada para o facilitador mediar o diálogo e a interação e a disposição dos materiais na forma de painéis para facilitar a visualização das ideias por todos os membros do grupo, de forma que todas as opiniões levantadas, fossem registradas e expostas, sem perda de conteúdo.

Na caracterização socioeconômica e educacional da comunidade – segunda ferramenta selecionada para esta atividade, foi possível aprofundar mais objetivamente a percepção do grupo sobre o tema em foco, caracterizando a realidade socioambiental da comunidade nas áreas social, econômica e educacional, permitindo que cada participante expressasse sua visão sobre a realidade em cada um desses segmentos.

Para garantir uma percepção mais fidedigna e plural, foi adotada a organização dos participantes em subgrupos a fim de criar condições para facilitar o diálogo e expressão da opinião de todos. Esse momento foi seguido por uma reunião dos subgrupos, novamente na disposição em círculo, ocasião em que cada subgrupo teve a oportunidade de apresentar sua visão e propostas sobre o tema nas três áreas analisadas para os demais participantes.

Um aspecto importante na aplicação dessa ferramenta é o direcionamento do estudo da realidade não somente na ótica dos problemas enfrentados pela comunidade, mas na provocação dos participantes para apresentação de soluções, sugestões, promovendo uma reflexão mais crítica e construtiva do grupo sobre a realidade do ambiente interno e externo de sua comunidade, bem como, uma percepção individual e coletiva sobre o seu papel no contexto de suas expectativas de mudança, estimulando valores como proatividade e cooperação.

**Público alvo:** Moradores das comunidades da área de influencia direta

## 7. RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL

O Vale do Jari é a região de fronteira entre os estados do Pará e Amapá, compreendendo os municípios de Laranjal do Jari (AP), Vitória do Jarí (AP) e Almeirim (PA) e o Distrito de Monte Dourado. Sendo suas principais bacias hidrográficas a do rio Paru do lado do Pará, rio Cajari do lado do Amapá e rio Jarí na divisa entre os dois Estados.

O rio Jari é um afluente na margem esquerda do rio Amazonas, fazendo a fronteira física entre os Estados do Pará e Amapá.

Nessa região vivem em torno de 100.000 pessoas, a grande maioria concentrada nas áreas urbanas dos 3 municípios, sendo a população rural distribuída em aproximadamente 180 pequenas comunidades rurais, a maioria delas (cerca de 60%) não ultrapassando o limite de 20 famílias, ou seja, no máximo 100 pessoas, segundo o diagnóstico socioambiental realizado em 2006 pelo POEMA – Programa Pobreza e Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará (UFPA) e o CEATS – Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor da Universidade de São Paulo (USP) em parceria com o Grupo Orsa<sup>1</sup>.

Estas comunidades estão situadas em áreas ribeirinhas e de terra-firme nas florestas da região, alguma delas vivendo dentro de áreas privadas, atualmente de propriedade do Grupo Orsa. Outras estão localizadas dentro ou no entorno das unidades de conservação que circundam a região como a Reserva Extrativista do Rio Cajari (RESEX Cajari), a Reserva de Desenvolvimento

---

<sup>1</sup> GRUPO ORSA: Grupo empresarial brasileiro que atua no mercado nacional e internacional de celulose, papel e embalagens de papelão ondulado, madeira certificada e produtos não madeireiros. É formado pelas empresas: Jari Celulose Papel e Embalagens, Orsa Florestal, Ouro Verde Amazônia e Fundação Orsa.

Sustentável do Rio Iratapuru (RDS Iratapuru), a Estação Ecológica do Rio Jari (ESEC Jari) e a recém-criada Floresta Estadual do Rio Paru (FLOTA Parú).

## 7.1. Recursos Naturais

Na região predomina a floresta tropical densa de terra firme rica em recursos naturais como: essências madeiráveis (maçaranduba, acapu, angelins, louros etc), resiníferas (breus, jatobás), oleaginosas (copaíba, bacaba, virolas, etc), laticíferas (sorvas, maçarandubas), fibrosas (cipó-titica, envireiras, timbó-açu, imbé), medicinais (amapá doce e amargo) e frutíferas (piquiá, bacabas) e existe uma grande distribuição de áreas de castanhais naturais onde há densa concentração de castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*).

Os solos são de baixa fertilidade natural, com grande variedade de tipos de solo, passando do argiloso ao arenoso, alguns com alta concentração de alumínio. Nota-se sequencias latossólicas / podzólicas, em relevo suave ondulado, indicadas para práticas agroflorestais; e seqüências localizadas de relevo acidentado.

A região apresenta ainda outras condições particulares como a presença de unidades geológicas com vocação mineral, representadas pelas sequencias tipo Greenstone Belt, a existência de cachoeiras e corredeiras no médio e alto curso dos rios Jari e Paru e alguns de seus afluentes; a presença de terraços aluviais no alto curso do rio Jari.

## 7.2 Economia

As principais atividades econômicas que movimentam essa região são as indústrias de produção de polpa celulose branqueada (Empresa Jari Celulose Papel e Embalagens, do Grupo Orsa), de produção de caulim (Empresa CADAM PPSA, do Grupo Vale do Rio Doce) e o Manejo Florestal Sustentável de madeira nativa (Empresa Orsa Florestal, também do Grupo Orsa).

Em torno dessas operações industriais, se estabelecem um conjunto de atividades comerciais e de serviços como:

- Serviços florestais prestados pela Marquesa (empresa do Grupo Orsa) e outras empresas prestadoras de serviço, que vão desde a produção de mudas de eucalipto, plantio, adubação, roço e tratos silviculturais para a produção das florestas de eucalipto, bem como os serviços de corte, arraste e tratos silviculturais para o manejo de florestas nativas, além de prestação de serviços de manutenção à fábrica de celulose e serraria do Grupo Orsa
- Serviços de terraplenagem nas áreas de florestas plantadas e manejadas do Grupo Orsa e na área de mineração de Caulim da CADAM, realizados respectivamente pelas empresas MS Terraplenagem e Rodovilaça. Ambas, desenvolvendo serviços de abertura de estradas e ramais de acesso, recuperação e manutenção das vias de acesso que ligam as áreas operacionais às indústrias.
- Serviço de colheita e transporte da produção florestal, realizados pelas empresas NDR, Limpreste e Itapema, que atuam na colheita manual e tratos silviculturais. A empresa RR, que atua no corte mecanizado de eucalipto quanto no corte e arraste de madeira nativa; e a empresa Lagarta, que atua no transporte da madeira para a serraria e fábrica de celulose. Para o deslocamento de seus colaboradores nas áreas urbanas e de campo, as empresas do Grupo Orsa e Cadam atuam através de linhas de ônibus específicas através da empresa CATTANI, e o sistema de locação de veículos com a empresa Locamerica
- Serviço de manutenção elétrica e industrial e outros serviços gerais, prestados por diversas empresas como: SINDUS e MANTEC (automação e planejamento); empresa Eletro Industrial (manutenção elétrica); KW do Brasil e JBR do Brasil (serviços pontuais de manutenção industrial); Telenews (serviços de informática); Escovan, Lumancial e Kaenco (limpeza,



vigilância e serviços gerais), além da empresa Marquesa, que também atua em quase todas essas áreas.

Além desses setores mais específicos das áreas florestais e industriais, há um conjunto de atividades comerciais e de serviços relacionadas como:

- Transporte aéreo, terrestre e fluvial: as empresas TAIL Linhas Aéreas opera no trecho Monte Dourado – Belém. Há ainda outra empresa (FRETAXI) que opera interligando as cidades Porto de Mos – Almeirim - Monte Dourado – Macapá – Belém. O transporte terrestre é feito pelas empresas de ônibus Amazon Tur, Garra e Santanense realizando o trecho Laranjal do Jari – Macapá. O transporte fluvial é feito através de pequenos barcos que percorrem os municípios em torno do Rio Amazonas, havendo também o transporte semanal de balsa feito por empresas como a SION (também utilizada pelas empresas do Grupo Orsa e Cadam para o transporte de materiais em geral) e a Balsa Gurupatuba;
- Hospedagem e Alimentação: a região possui 3 hotéis de médio porte em Monte Dourado, 5 supermercados de médio porte (2 em Monte Dourado e 3 em Laranjal do Jari), além de 3 empresas prestadoras de serviço de alimentação para os funcionários do Grupo Orsa, Cadam e EPSS, sendo elas SODEXO, Restaurante Mariazinha e Nutri Caseiro.
- Setor comercial: é todo constituído de micro e pequenas empresas de varejo, destacando-se atividades básicas como vendas de confecções e calçados, alimentação, móveis, eletroeletrônicos, autopeças, materiais de construção, utensílios domésticos, medicamentos, bebidas, etc. Esse setor é mais vigoroso no município de Laranjal do Jari, que corresponde a posição de terceira economia do estado do Amapá
- Turismo: é um setor pouco explorado na região. Existem pequenos barcos (catraia) que oferecem viagens Rio Cajari. Os rios Jari, Paru e Iratapuru possuem diversas cachoeiras, a principal é a de Santo Antonio, considerada uma das mais belas do Brasil, muito visitada nos finais de semana.
- Construção Civil: na região, são pequenas empresas que atuam nesse ramo, sendo as principais a Anglo e Canto Engenharia, que prestam serviços para o setor público e privado dos 3 municípios, sendo que, para boa parte das obras públicas, são contratadas por empresas de Macapá e, no caso dos serviços de reforma e manutenção de casas da vila de Monte Dourado, o Grupo Orsa dispõe de uma pequena empresa chamada Pimentel & Pimentel, ligada a área de infraestrutura e recursos humanos do Grupo.

Particularmente esse setor de construção civil passa por um momento de aquecimento muito forte na região, em função das obras de instalação da UHE Santo Antonio do Jari, bem como de outras obras públicas de grande porte em andamento como a Linha de Transmissão Tucuruí/Macapá/Manaus e a ponte sobre o rio Jari. Esse aquecimento repercute direta e positivamente no setor comercial e de serviços da região.

### **7.3. Os Municípios**

#### **7.3.1 Vitória do Jari**

O Município de Vitória do Jari tem uma população estimada em 11.519 (onze mil, quinhentos e dezenove) habitantes e uma área de 2.483 km<sup>2</sup> (dados de 2009). O município era antes uma localidade pertencente ao município de Laranjal do Jari, tendo sido emancipado pela Lei nº 0171 em 08 de setembro de 1994 e foi de fato instalado em 01 de janeiro de 1997.

Está localizado ao sul do estado do Amapá (Meso Região Sul), a 350 km da cidade de Macapá. Limita-se com os municípios de: Laranjal do Jari, Mazagão e o Estado do Pará. A cidade é conhecida como Beiradinho e quem nasce em Vitória do Jari é chamado vitoriense (gentílico).

Histórico: Vitória do Jari se originou da mesma forma que Laranjal do Jari, por ocasião da instalação da fábrica de papel e celulose em Munguba (Jari Celulose), do norte americano Daniel Ludwig. Situada à margem do Rio Jari, bem à frente desta fábrica, e distante de Monte Dourado e Laranjal do Jari (aproximadamente 30 km), distância essa, que fez com que alguns empregados construíssem suas casas mais próximo à fábrica, porém na outra margem do Rio Jari, dando origem ao povoado chamado antigamente de "Beiradinho".

É desse lado que ficam as minas de Caulim, da empresa CADAM/PPSA, em uma elevação chamada "Morro do Felipe". No entorno dessa elevação, existem varias áreas de floresta plantada de eucalipto, de propriedade da empresa Jari Celulose, do Grupo Orsa.

### **7.3.2 Laranjal do Jari**

O Município de Laranjal do Jari possui uma população de 40.537 (quarenta mil, quinhentos e trinta e sete) habitantes e uma área de 30.966 km<sup>2</sup>, foi criado pela Lei no 7.639, em 06 de dezembro de 1987. Está localizado ao Sul do estado (Meso Região Sul), a 320 km da Cidade de Macapá. Limita-se com os municípios: Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Mazagão e Vitória do Jari e com o Estado do Pará, ficando bem em frente ao distrito de Monte Dourado, no Município de Almeirim/PA separado pelo Rio Jari por apenas 243 metros.

Histórico: A denominação de Laranjal deve-se a um pequeno laranjal que existia às proximidades, quando da instalação do povoado, por ocasião da implantação do Projeto Jari. É o terceiro município mais populoso do estado. Apesar de já ter sido considerada como a maior favela fluvial do estado, possui atualmente uma infraestrutura que está mais avançada em relação á situação anterior, com parte de suas ruas e avenidas asfaltadas, sobretudo na área de terra firme, possuindo também água tratada na maior parte da cidade, luz elétrica e estrada que interliga a capital Macapá, apesar de ainda ter boa parte de seus moradores, residentes em áreas de várzea, em condição de insalubridade e risco habitacional.

### **7.3.3 Almeirim**

Os fundamentos do atual município de Almeirim apresenta uma população de 31.192 (trinta e um mil, cento e noventa e dois) habitantes e uma área de 72.960 km<sup>2</sup>, situa-se na zona fisiográfica do Baixo Amazonas.

Formação administrativa: Em divisões territoriais datadas de 31/12/1936 e 31/12/1937, o município aparece constituído de 4 distritos: Almeirim, Boca do Braço, Santana do Cajari e Santo Antônio de Caracuru. Pelo decreto-lei estadual nº 3131, de 31/10/1938, é criado o distrito de Arumanduba, com território do extinto distrito de Santana do Cajari. Sob o mesmo decreto, foram extintos os distritos Boca do Braço e Santo Antônio de Caracuru, sendo o mesmo território anexado ao distrito de Arumanduba. No período de 1944-1948, o município é, portanto, constituído de 2 distritos: Almeirim e Arumanduba. Essa mesma divisão territorial consta datada de 1/12/1960. Em 1983, através da Lei Estadual nº 5075, de 02 de maio, é criado o distrito de Monte Dourado e anexado ao município de Almeirim. Em divisão territorial datada de 18/08/1988, o município é constituído de 3 distritos: Almeirim, Arumanduba e Monte Dourado. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005.

No Vale do Jari, os centros urbanos apresentam sua economia baseada no setor terciário, onde o comércio do vestuário, calçados e alimentos são fortes. No setor secundário, há forte influência das grandes empresas que atuam na região, a CADAM PPSA, Jari Celulose, Orsa Florestal e as empresas terceirizadas por elas.

Nas comunidades rurais prevalece o setor primário, sendo que, em parte das comunidades a produção de culturas agrícolas é predominante, enquanto outras comunidades já apresentam um

perfil mais extrativista ou agroextrativista, destacando-se nas primeiras a produção de mandioca e seu processamento em farinha e nas segundas o extrativismo de castanha. Na região a criação extensiva de gado bovino e bubalino é realizada por poucos empresários, a pecuária não é muito comum nas pequenas propriedades rurais.

#### 7.4. O Meio rural

Em comparação com a intensidade das atividades florestais, industriais e comerciais presentes na região, o setor produtivo rural ainda é incipiente em termos de produção, organização e mercado.

A maioria das comunidades tem menos de 50 anos de existência e se formaram em decorrência de processos migratórios, sendo que grande parte de seus moradores são de origem nordestina. Possivelmente, por esta razão observa-se certa fragilidade em termos de identidade cultural e coesão comunitária.

Ainda nesse aspecto, muitas comunidades têm uma associação que as representam, porém com baixa funcionalidade em termos de organização da produção e de participação social e econômica, limitando-se a representar politicamente sua comunidade em solicitações aos governos e empresas locais.

No que diz respeito à produção familiar rural, observa-se de modo geral que os pequenos produtores trabalham basicamente com culturas de subsistência, desenvolvendo principalmente o cultivo da mandioca, sendo em algumas propriedades, o cultivo dessa cultura complementado com a produção, em menor proporção, de frutas como açaí, banana, etc, e de grãos como feijão, milho, arroz.

É muito baixo o grau de acesso das comunidades a assistência técnica e tecnologia. O mesmo ocorre em relação ao acesso ao crédito rural, também considerado baixo na opinião da maioria dos agricultores e extrativistas entrevistados. Essas afirmativas confirmam os dados já aferidos em 2005 pelo diagnóstico socioambiental realizado pelo POEMA / CEATS, onde consta 97% dos agricultores e extrativistas entrevistados sem acesso a ATER<sup>2</sup> e ao Crédito Rural.

No aspecto da comercialização da produção familiar rural, verifica-se que este processo está limitado às vendas nas feiras de agricultores existentes em cada município da região, para quais as prefeituras locais disponibilizam veículo semanal ou quinzenalmente que transportam tanto os produtos quanto os moradores das comunidades rurais. O escoamento da produção é limitado pelas más condições das estradas locais e também pela falta de veículos próprios ou de acesso a transporte público adequado.

As comunidades mais antigas – comunidades tracionais – mantêm forte relação com prática do extrativismo, com destaque para a castanha e, em menor escala, a madeira, bem como, outros produtos florestais não madeireiros como açaí, cacau, palmito, cupuaçu, camu-camu e sementes oleaginosas (andiroba, copaíba, etc).

Devido a importância do extrativismo da castanha, todos os anos, no período da safra (entre janeiro e julho), os extrativistas se lançam nos castanhais, a maioria muito distantes das comunidades e de difícil acesso, para a coleta do produto que na maioria das vezes é vendido a intermediários. O mercado regional é controlado por poucas empresas que atuam por meio do sistema de aviamento, sistema esse que por tantos anos dominou e ainda hoje predomina como motor da produção da cadeia da castanha na Amazônia, com característica bastante exploratória do ponto de vista do trabalho humano, da dependência do produtor em relação ao comprador e do grau de concentração de riquezas a final da cadeia.

Nos últimos anos, algumas iniciativas publico-privadas vêm contribuindo para a superação desse cenário no meio rural, a exemplo do serviço de assistência técnica e organizacional realizada pela Fundação Orsa, em cooperação com as Prefeituras Municipais da região, os órgãos estaduais de

---

<sup>2</sup> ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

assistência técnica rural (IDEFLOR e EMATER-PA e RURAP-AP), e outras instituições de fomento e serviço como o Banco do Brasil, o SEBRAE/AP, a EMBRAPA/AP, o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e a GIZ – Cooperação Internacional Alemã.

Na prática, essas iniciativas consistem no treinamento e aproximação das comunidades com mercado, através de empresas parceiras como a JARI CELULOSE, que incentiva o plano de eucalipto em áreas comunitárias e garante a compra da madeira. A PEMATEC TRIANGEL, que fornece mudas de curauá (bromeliácea nativa da Amazônia cuja fibra é utilizada na fabricação de peças de carro em substituição a fibra de vidro) e garante a compra da fibra. A OURO VERDE, que incentiva as boas práticas da cadeia de valor da castanha e garante a comercialização do produto. A SODEXO, que atua na compra de hortaliças e farinha das comunidades para servir nos seus restaurantes. A ORSA FLORESTAL, que fornece madeira certificada para o setor moveleiro e abre mercado para artefatos de madeira junto a mercado internacional e nacional.

### **7.5. Distribuição das comunidades rurais no Vale do Jari**

A distância das comunidades até Monte Dourado varia entre 10 a 120 km. As comunidades mais distantes são as de Almeirim - cerca de 200 km de MTD.

O acesso para algumas das comunidades pode ser feito por via terrestre, já outras faz-se necessário dois meios de transporte: o carro e barco.

Para melhor compreender as semelhanças e diferenças entre as comunidades rurais da região, com base na análise dos dados levantados pelo diagnóstico socioambiental, optamos por fazer a apresentação das comunidades estudadas em 8 grupos, sendo 3 no lado do Amapá e 5 no lado do Para:

#### **Amapá:**

Grupo 1: Marinho, São Pedro, Itaboca, Santa Clara

Grupo 2: Muriacá, Água Azul.

Grupo 3: Padaria, Santo Antônio, São José, Iratapuru.

#### **Pará:**

Grupo 1: Estrada Nova, Recreio, Cafezal, Pimental.

Grupo 2: Braço, Bandeira, Repartimento, Vila Nova, Nova Vida.

Grupo 3: Gueti, Bituba, Km 30, Km 25

Grupo 4: Botafogo, Peniel

Grupo 5: Saracura, Comandai.

### **7.6. Meios de Transporte**

Em toda a região há estradas sem asfalto, somente o distrito de Monte Dourado tem asfalto que reveste 85% das ruas. Recentemente, o município de Almeirim avançou bastante na pavimentação das principais ruas da sede do município.

As estradas na maioria são de difícil acesso, possuindo manutenção sazonal realizadas pela empresa Jarí Celulose, nas áreas de operação florestal, e pelos governos locais nas demais áreas, porém de forma pontual, sobretudo nos ramais que dão acesso às comunidades rurais. Por esta razão, alguns acessos só são possíveis de avião ou embarcações fluviais.

No inverno, em função das fortes chuvas, é quando os acessos ficam mais danificados, assim, em algumas comunidades o acesso de carro só é possível utilizando-se veículos com tração nas rodas.

Há na região somente um trem cargueiro, de propriedade privada, usado para atender as necessidades de transporte de eucalipto pela Jari Celulose.

Em Laranjal do Jarí há duas pistas de pouso, porém sem pavimentação. Em Almeirim há uma pista de pouso com pavimentação na sede do município e um aeroporto privado com pista pavimentada em Monte Dourado. Este é o único regularizado e com capacidade para pouso e decolagem de grandes aeronaves.

Em Vitória e Laranjal do Jarí não há portos. As descargas de mercadorias são realizadas em terminais improvisados. Em Almeirim há 2 terminais de cargas de pequeno porte, sendo um na sede do município e outro em Monte Dourado, pertencentes à Prefeitura Municipal. Existem ainda 2 portos alfandegados privados, sendo um do grupo Orsa e outro da CADAM/PPS.



*Fotos 1: estradas de acesso às comunidades*

A balsa também é necessária para acesso a algumas comunidades.



*Foto 2: meios de transporte para acesso às comunidades*

Não há muitas opções de transporte pessoal nem coletivo nas comunidades. Algumas famílias possuem motocicletas. Em algumas comunidades próximas a estrada de Almeirim há a possibilidade de utilizarem o ônibus que faz a rota Monte Dourado – Almeirim.

No Pará, o principal meio de transporte é um caminhão disponibilizado pela Prefeitura de Almeirim que vai às principais comunidades semanalmente ou quinzenalmente em alguns casos para transportá-los até a feira municipal em Almeirim ou Monte Dourado. No Amapá, os que habitam próximo da rodovia BR 156 que interliga Laranjal do Jarí a Macapá utilizam ônibus e arcam com o preço das passagens.

As comunidades ribeirinhas dependem do barco com motor a diesel ou gasolina e canoa de remo manual. Já as comunidades remotas de terra firme, o transporte ocorre a pé, alguns moradores têm veículos próprios, carro, motocicleta, bicicleta e animal de montaria. Para alguns moradores que dependem de barco e carro para chegar ao centro urbano mais próximo, os custos chegam a ficar em torno de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) só com o transporte.

### 7.7. Fontes de Renda

A pesquisa de campo tentou avaliar a renda média mensal das famílias, porém ao serem questionadas sobre a renda média, muitos confundem renda familiar com as bolsas recebidas pelo Governo, além de não se sentirem à vontade para responder sobre valores, pois desconfiavam do intuito da pesquisa temendo que os dados informados pudessem influenciar negativamente fazendo com que eles não tivessem acesso a estes benefícios ou algum benefício futuro, caso declarem uma renda maior. Assim, a renda média considerada no trabalho é a baseada na renda declarada e também nos gastos declarados, uma vez que grande parte das respostas mostrava gastos superiores à renda média.

Há também famílias que consideram como “renda” somente as bolsas do Governo por serem valores fixos e mensais e não consideram os ganhos variáveis provenientes da produção. Os valores obtidos pelos questionários possuem uma margem de erro a ser considerada, assim calculou-se uma média entre os valores declarados como despesas e os valores declarados como renda.

As rendas variam entre R\$ 563,00 ao mês considerando toda a população regional, sendo mais baixas no estado do Pará com média de R\$ 460,00 e mais altas no Amapá, em média R\$ 662,00.

Os meses de março a junho mostram maiores rendas, revelando a importância da colheita e comercialização da castanha-do-pará.

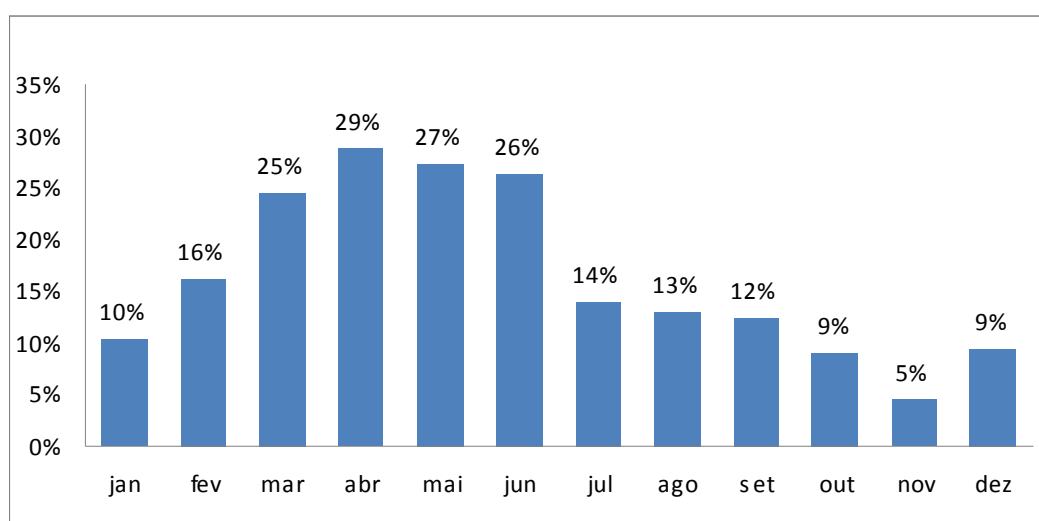


Gráfico 1: Distribuição de renda ao longo do ano total.

Somente na região do grupo 5 do Estado do Pará, o período de maior rendimento vai de julho a outubro, provavelmente em função da suas principais fontes de renda serem o açaí, o artesanato, o curauá e o eucalipto.

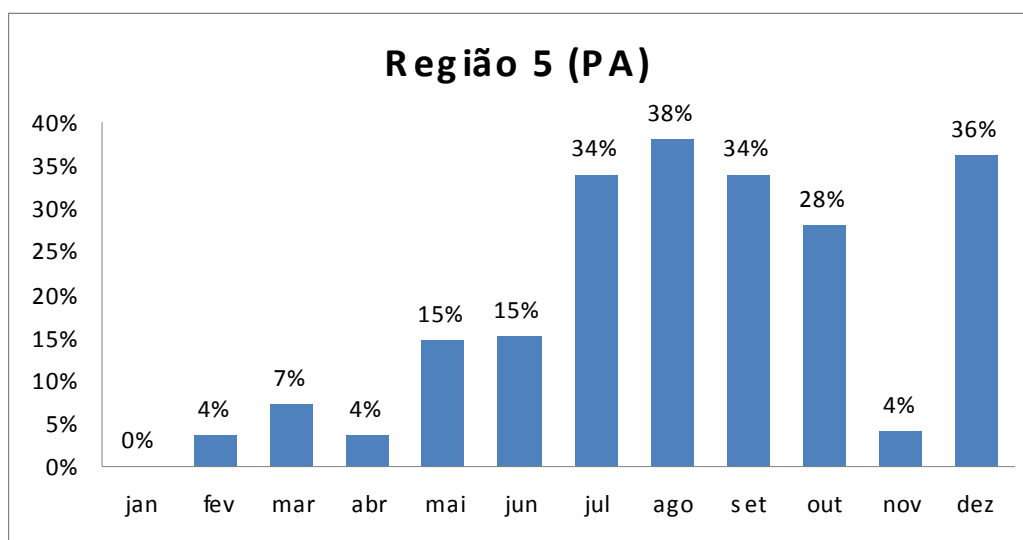


Gráfico 2: Distribuição de renda ao longo do ano na região 5 (PA).

Em relação aos subsídios recebidos até o ano de 2010, observa-se que 38% das famílias são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, seguido pelo Bolsa Escola com 16%. Verifica-se ainda que algumas famílias são beneficiadas por ambos programas. Analisando-se cada Estado separadamente, nota-se que no Amapá o Bolsa Família beneficia 41% das famílias, enquanto no Pará são 34% das famílias com o benefício, considerando o universo das famílias entrevistadas em cada estado. Atualmente o Programa Bolsa Escola teve suas ações integradas ao Programa Bolsa Família, não havendo mais a distinção entre os dois programas.

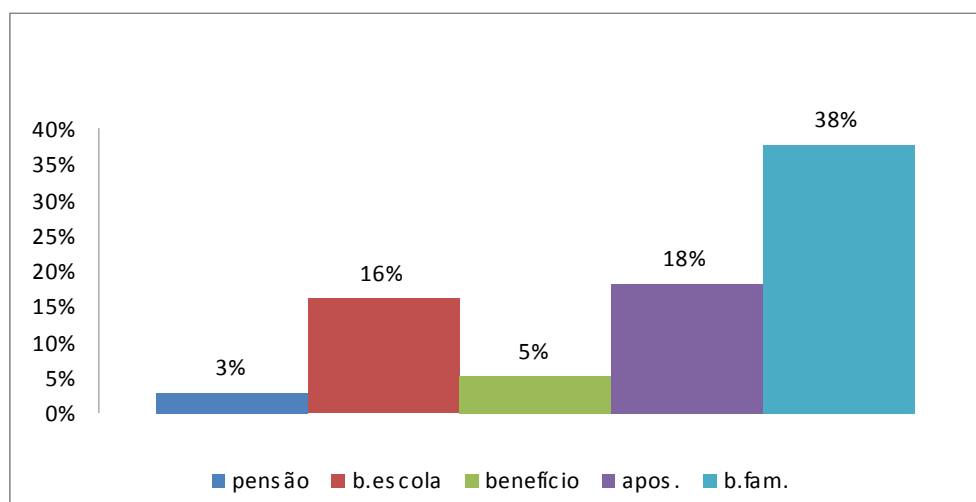


Gráfico 3: Tipos de subsídio mais utilizados nas comunidades



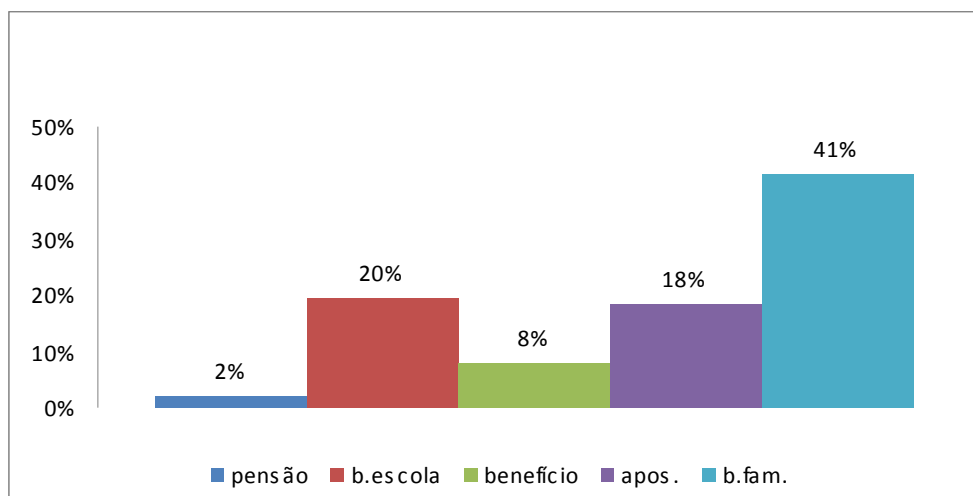


Gráfico 4: tipos de subsídio na região do Amapá

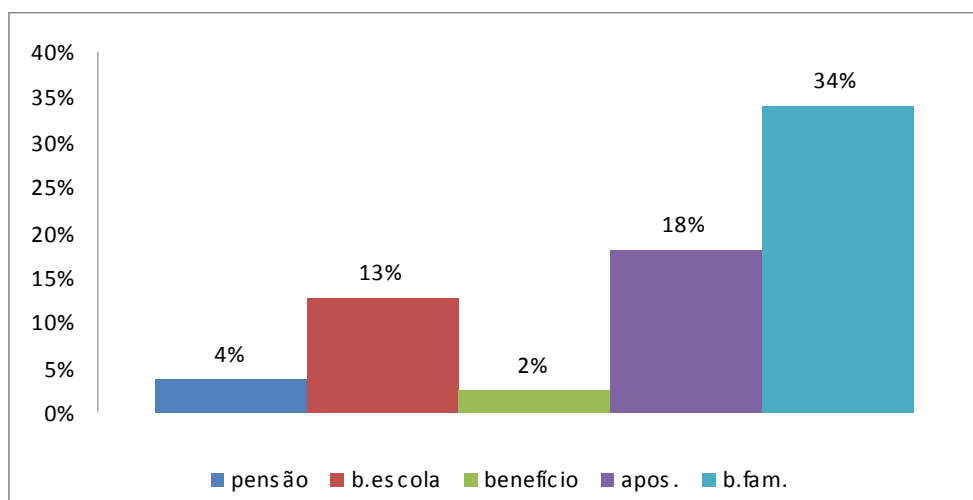


Gráfico 5: Tipos de subsídio na região do Pará

### 7.7.1 Fontes da renda familiar

Na área urbana há os empregos gerados pelo Grupo Orsa, Cadam e empresas terceirizadas, na área rural há o extrativismo da castanha, açaí, cultivo de mandioca para produção de farinha, criação de gado bovino e bubalino e garimpo de ouro. Além da caça, pesca ambas em baixa escala e cultivo de frutas regionais, hortaliças, artesanato e exploração madeireira.

A principal fonte de renda e atividade realizada pelas famílias é a colheita e comercialização da castanha-do-pará (30%), seguido pela produção da farinha de mandioca (26%). Analisando-se os estados separadamente, nota-se que a produção de farinha é mais expressiva no Pará, enquanto no Amapá é a castanha.

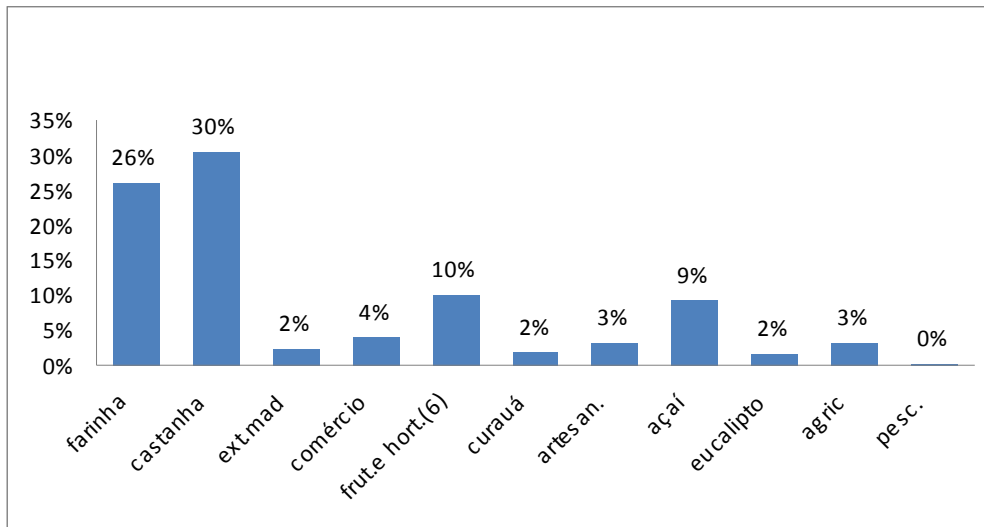


Gráfico 6: Principais fontes de renda das comunidades

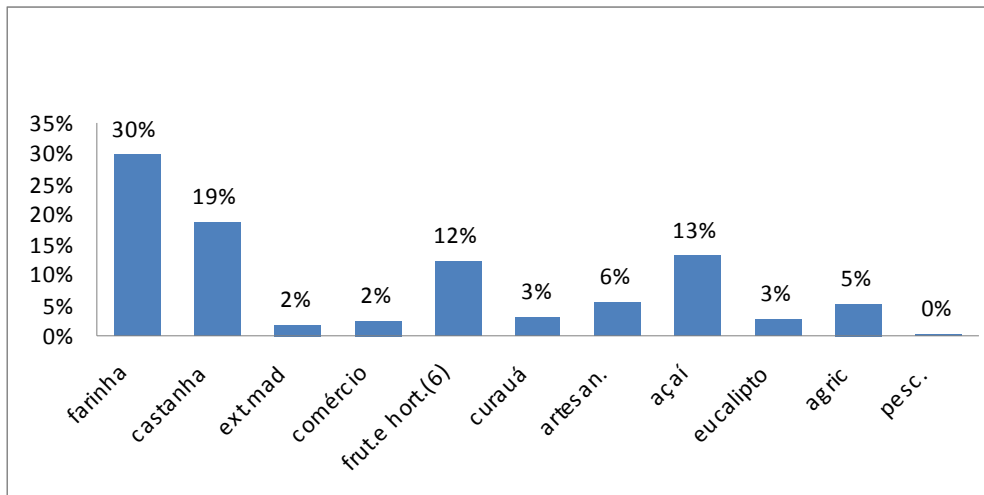


Gráfico 7: Principais fontes de renda das comunidades do Pará

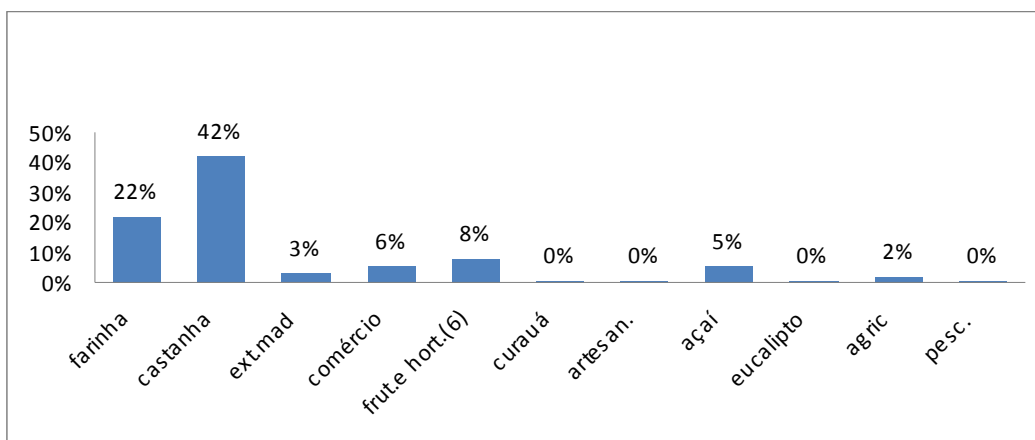


Gráfico 8: Principais fontes de renda das comunidades do estado do Amapá

Em 64% das comunidades há pequenos comércios, que vendem alimentos não perecíveis, produtos de higiene e velas, gerando renda para alguns moradores.

A mercadoria é comprada nas cidades próximas, sendo que 36% dos negócios são abastecidos em Almeirim e em algumas regiões os fornecedores são os produtores locais. Destaca-se que 21% destes estabelecimentos têm gerador próprio de energia, movidos a diesel.

Todos são gerenciados pelos proprietários que são moradores das comunidades.

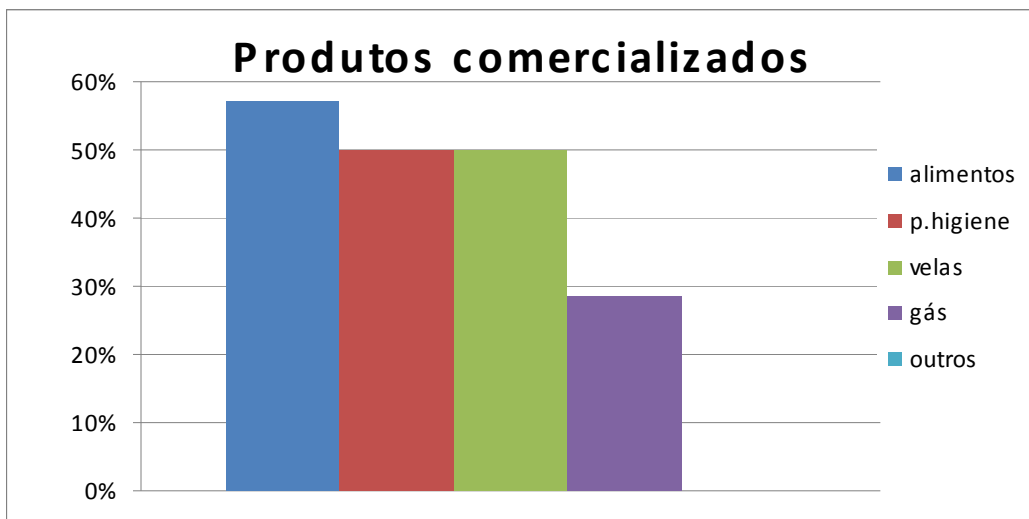


Gráfico 9: Principais produtos comercializados pelas comunidades

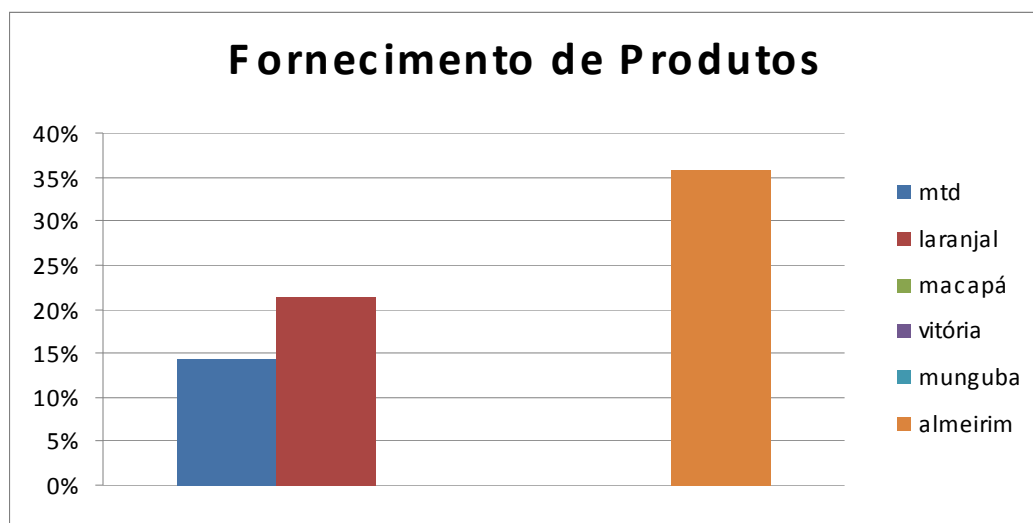


Gráfico 10: Principais fontes fornecedoras de produtos para os comércios

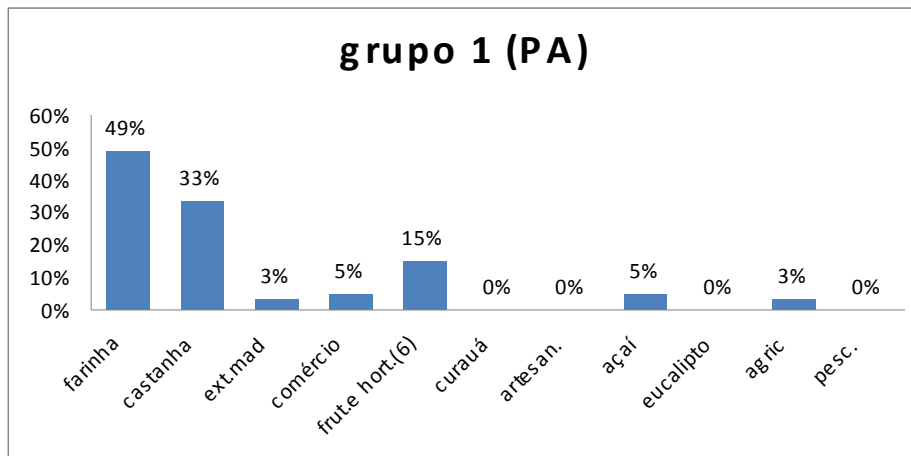


Gráfico 11: Principais fontes de renda Grupo 01 - Pará

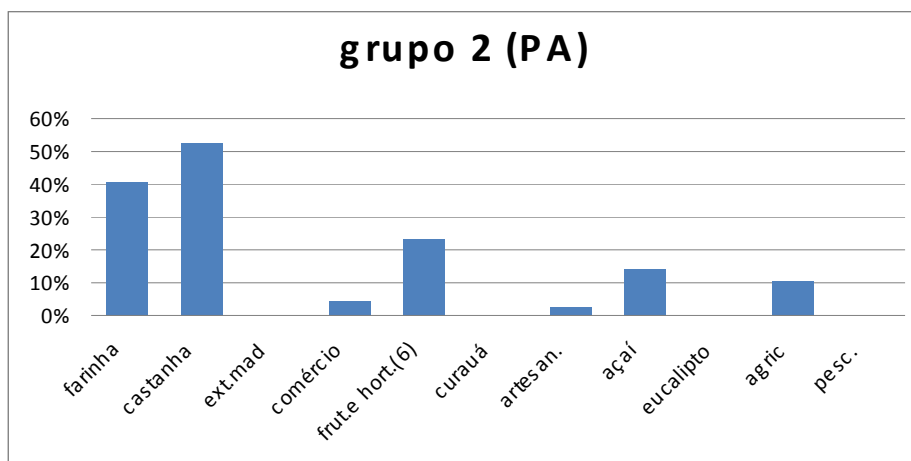


Gráfico 12: Principais fontes de renda Grupo 02 - Pará

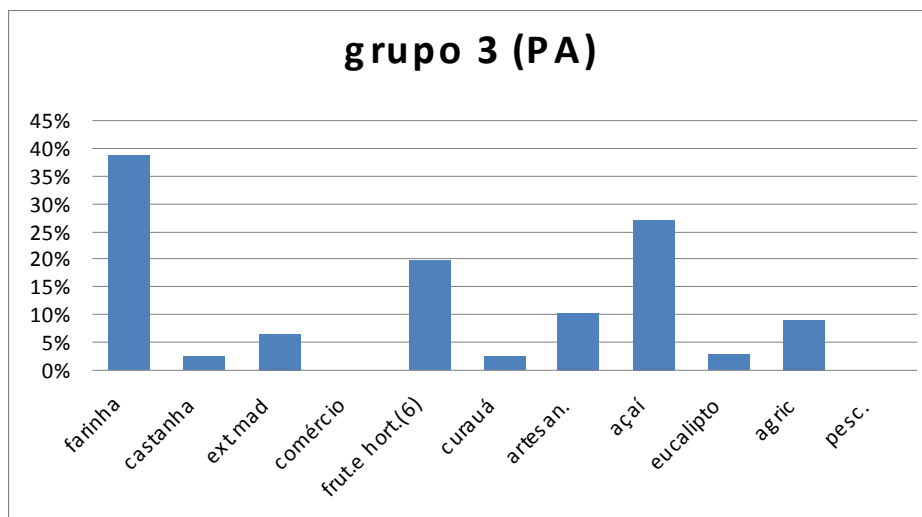


Gráfico 13: Principais fontes de renda Grupo 03 - Pará

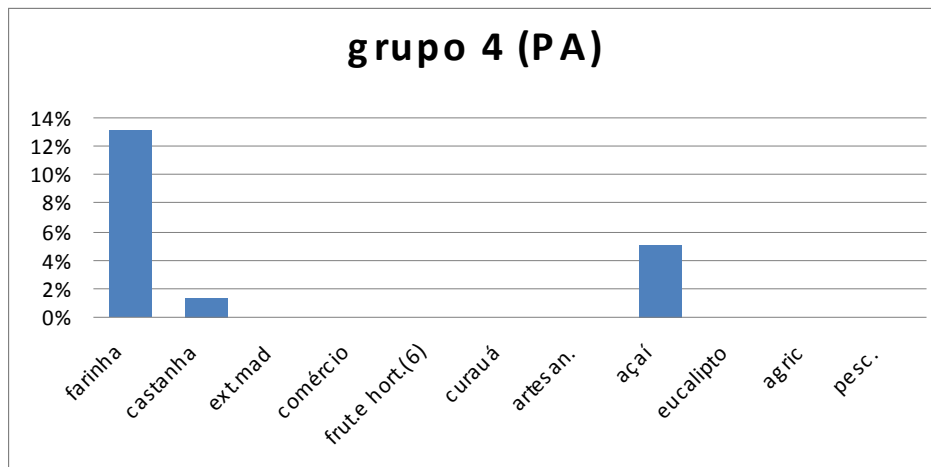


Gráfico 14: Principais fontes de renda Grupo 04 - Pará

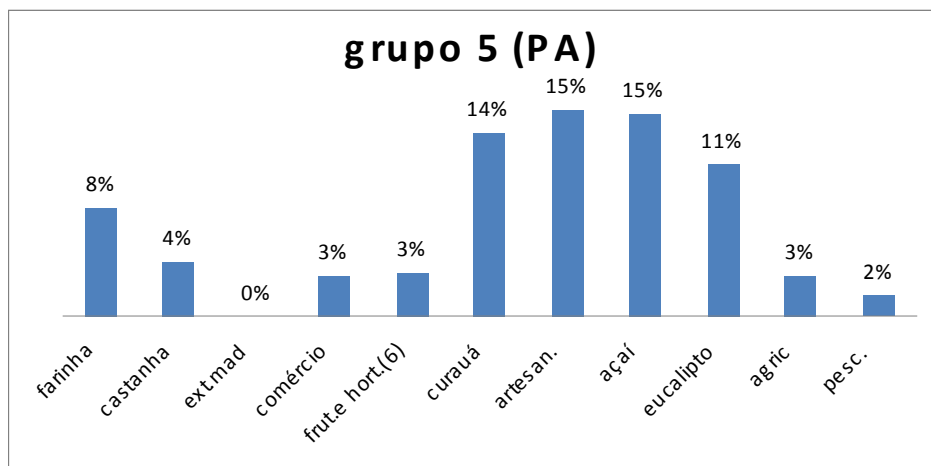


Gráfico 15: Principais fontes de renda Grupo 05 - Pará

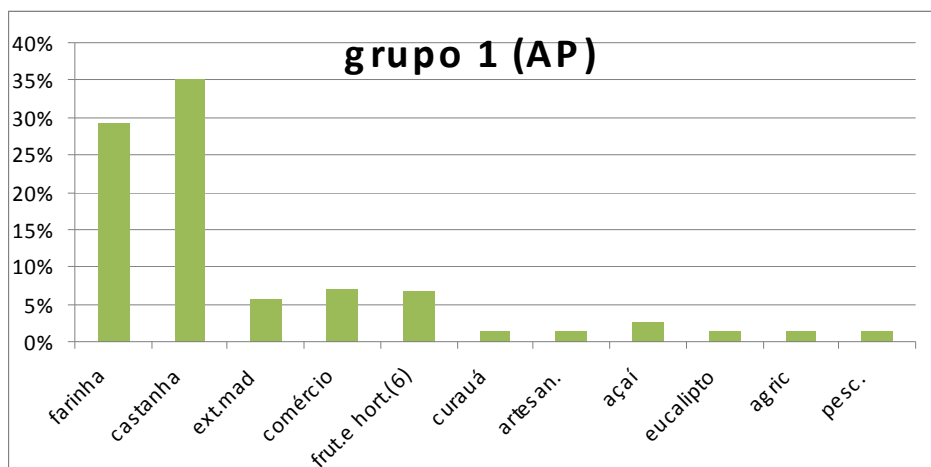


Gráfico 16: Principais fontes de renda Grupo 01 – Amapá

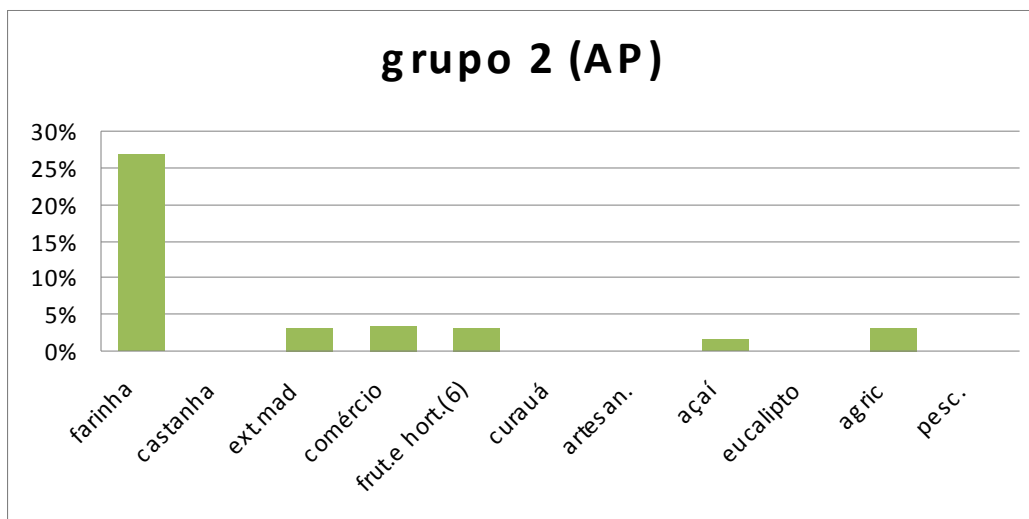


Gráfico 17: Principais fontes de renda Grupo 02 – Amapá

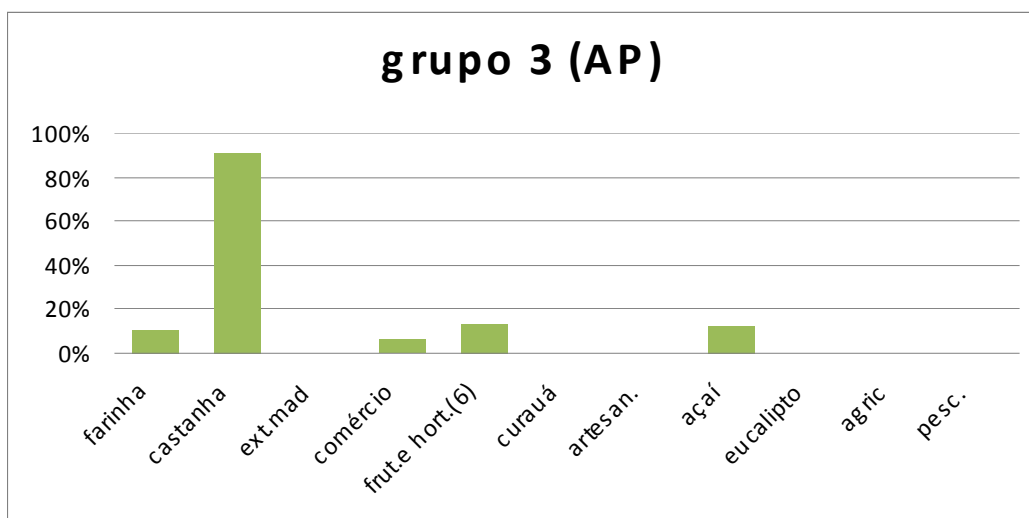


Gráfico 18: Principais fontes de renda Grupo 03 – Amapá

Em algumas comunidades não se usa principalmente o dinheiro e sim a troca de mercadorias como forma de comercialização.



*Foto 3: produção de hortaliças para venda e consumo próprio.*



*Foto 4: produção de farinha de mandioca*

Há também moradores das comunidades que são funcionários públicos, exercendo funções na própria comunidade como professores e agentes de saúde.

As comunidades acreditam que com fornecimento regular de energia, a renda das famílias poderia aumentar consideravelmente, já que poderiam se dedicar a atividades hoje não exploradas devido a falta de energia, sendo elas o processamento da castanha-do-brasil (50%), do açaí, frutas e hortaliças (43%).

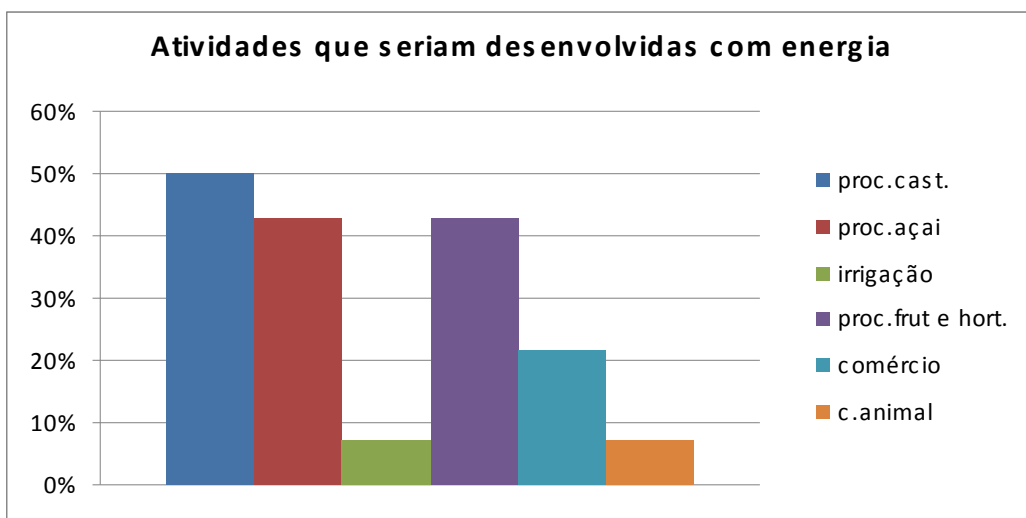


Gráfico 19: Principais atividades que poderiam ser desenvolvidas com energia elétrica.

## 7.7.2. Custo de Vida

### Custos com alimentação

As maiores despesas das famílias rurais são com alimentação, pois apesar de muitos terem produção rural (roça), eles não costumam consumir o que produzem e compram produtos industrializados quando vão aos centros urbanos para comercializar seus produtos nas feiras. Como já constatadas anteriormente, muitas famílias recebem subsídios do Governo Federal como a Bolsa Família<sup>3</sup>, o que ajuda no custeio da alimentação.

Nas comunidades mais distantes, onde o acesso à área urbana é mais difícil e dispendioso, há maior incidência de alimentação proveniente da caça e da pesca.

### Custos com moradia

As famílias não possuem despesas com moradias. Grande parte das famílias não tem os terrenos regularizados, encontrando-se até duas famílias em uma só casa.

<sup>3</sup> O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, de acordo com a Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.





*Foto 5: aspecto das moradias em terra e ribeirinhas*



*Foto 6: comunidade ribeirinha, escola e residências.*

### **Custos com educação**

As despesas com educação são baixas, as escolas das comunidades são públicas, restando para a família os custos com material escolar. Além disso, a grande maioria que mantém as crianças na escola é beneficiada pelo Programa Bolsa Escola do Governo Federal<sup>4</sup>, é uma ajuda mensal para o custeio das despesas com material escolar.

As escolas atendem, na sua maioria, até a 4ª série e para continuar os estudos os alunos precisam sair das comunidades para morar nas cidades próximas, o que acarreta em custos altos para as

<sup>4</sup> BOLSA ESCOLA: Programa do Governo Federal que beneficia famílias que têm crianças em idade escolar e frequentando regularmente a escola. Os valores variam de acordo com a renda mensal por pessoa da família, com número de crianças e adolescentes de até 15 anos e de jovens de 16 a 17 anos.

famílias e também dificulta o acesso à educação para aqueles que não podem arcar com estes custos. Como consequência, o índice de escolaridade e formação profissional nas comunidades rurais é baixo.

Apesar de observada certa expansão de unidades escolares nas comunidades rurais, em comparação com diagnósticos anteriores, há relatos dos comunitários sobre a necessidade de melhorias na qualidade da educação rural, envolvendo frequência de professores, metodologia de ensino e acesso a transporte escolar.

Observa-se positivamente que quando o jovem consegue estudar fora e adquirir uma profissão, normalmente ele retorna à sua comunidade de origem para ajudar no crescimento desta. Por outro lado, o ensino médio e profissional adquirido fora da comunidade normalmente não tem relação direta com a produção familiar rural.

### **Custos com saúde**

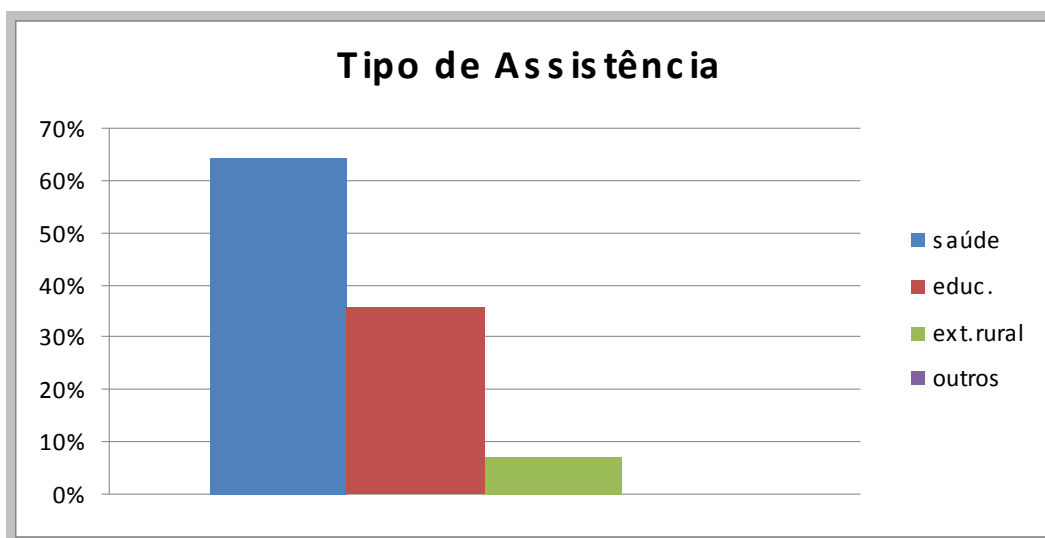
Como resultado da pesquisa de campo, pode-se afirmar que 64% das comunidades possuem Posto de Saúde com atendimento gratuito. Em alguns casos, é preciso pagar o transporte e a hospedagem em Monte Dourado, Laranjal do Jarí ou Macapá para poder fazer o tratamento de saúde, sendo estes, os custos que mais pesam ou comprometem o orçamento familiar, depois do custo com a alimentação.

Em relação ao atendimento básico nas comunidades e atendimento hospitalar na região, observam-se maiores dificuldades no acesso e qualidade dos serviços.

Principalmente onde não há Postos de Saúde, o acesso ao atendimento básico e hospitalar é bastante complicado, na opinião de muitos moradores, que ficam na dependência de carona que eventualmente possa passar pela comunidade.

Pouquíssimas comunidades têm acesso a rádios transmissores (máximo cinco em toda a região). Estes equipamentos são importantes instrumentos de comunicação entre as comunidades isoladas e os serviços públicos e privados centralizados nas áreas urbanas, sobretudo para o acesso aos serviços de urgência e emergência em saúde.

As comunidades que dispõem desse instrumento conseguem se comunicar satisfatoriamente e, quando solicitam auxílio médico-hospitalar, geralmente são socorridas por funcionários da prefeitura ou da empresa Jarí Celulose que disponibilizam ambulância ou outro meio de transporte para o deslocamento dos pacientes ao hospital mais próximo.



*Gráfico 20: Principais tipos de assistência oferecida pelas comunidades.*

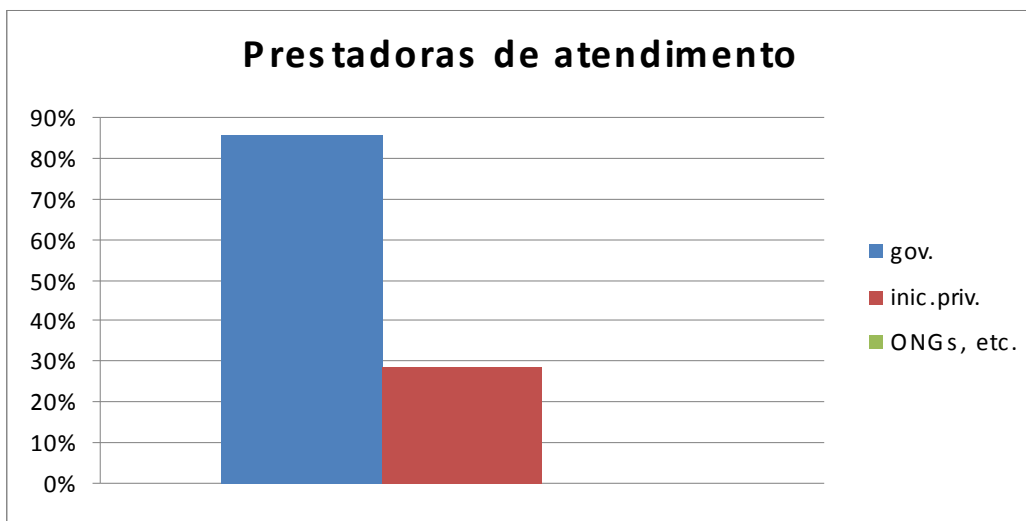


Gráfico 21: Principais prestadores de atendimento às comunidades.

### Custos com impostos

As famílias não pagam impostos ou taxas, alguns, porém, declararam pagar o INSS, ITR e a tarifa de emissão da Nota Fiscal do Produtor Rural quando essa se faz necessária no processo de comercialização, o que raramente ocorre, a não ser nos casos da venda da produção de curauá e eucalipto onde isso é regra.

### Custos com energia

Quanto aos custos com energia, algumas comunidades são beneficiadas pelo programa Luz para Todos do Governo Federal e Luz Para Viver Melhor do Governo do Amapá. Porém, os Programas não atendem todas as comunidades.

Onde há atendimento, ele é feito através do fornecimento de uma cota fixa mensal de óleo diesel disponível para as comunidades. O óleo subsidiado garante, em média, 4h por dia de energia por casa nas comunidades rurais e deveria ser o suficiente para o mês todo, porém muitas famílias chegam a ficar mais de 10 dias sem energia.

Algumas comunidades ficam meses esperando pelo subsídio, enquanto outras, os próprios moradores se organizam para arcar com os custos de combustível e fazem um rateio do valor.

Nem todas as famílias possuem estes subsídios, variando os custos com óleo diesel que depende do consumo do gerador e alguns casos o óleo é apenas para o uso de lamparinas.

Dependendo do número de aparelhos ligados pelos moradores, durante o tempo em que o gerador está ligado, o consumo aumenta e algumas casas começam a ficar sem energia, por isso a maioria das famílias possui o mínimo de aparelhos elétricos. Sendo os mais comuns a televisão, aparelhos de som, DVDs e rádios a pilha.

No geral os custos mais elevados para as famílias são os de alimentação (24%), seguido por educação (17%) e saúde (15%).

Deve-se considerar, no entanto, que algumas famílias responderam educação como custo mensal, porém, na maior parte dos casos, estes custos são subsidiados pelo Bolsa Escola.

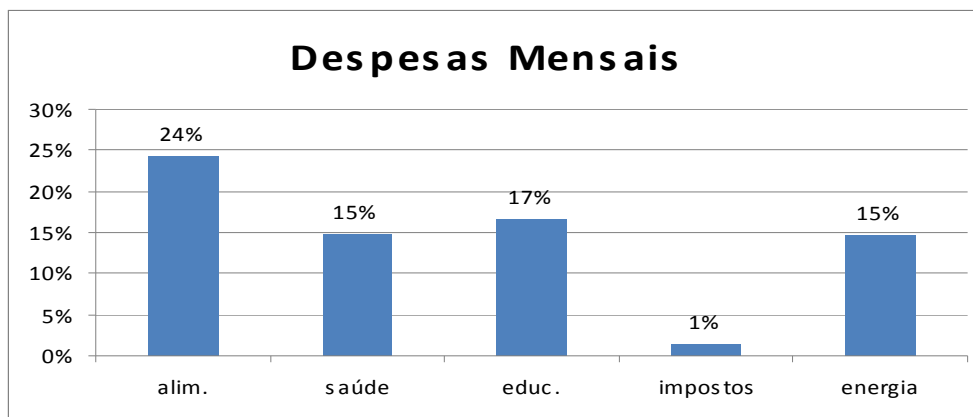


Gráfico 21: Principais despesas mensais que impactam na renda familiar

No estado do Amapá, a educação tem um custo elevado, pois como as escolas só atendem o ensino fundamental, as famílias precisam encaminhar os filhos para as cidades de Laranjal do Jari ou Macapá para concluir os estudos.

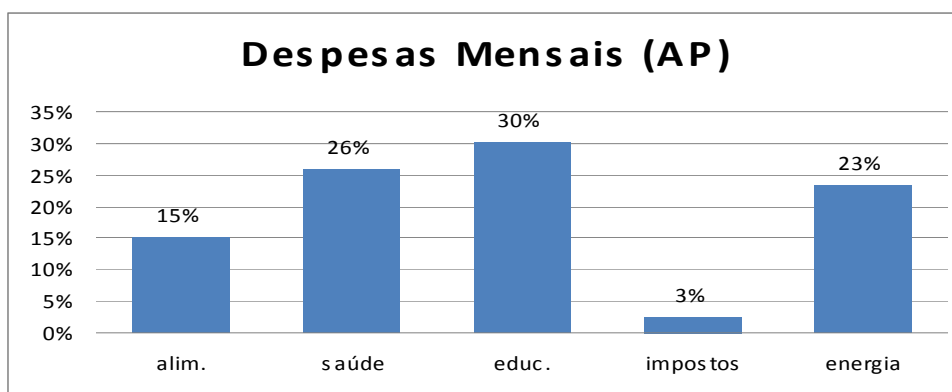


Gráfico 22: Principais despesas nas famílias do estado do Amapá

Já no estado do Pará os custos maiores são com alimentação.

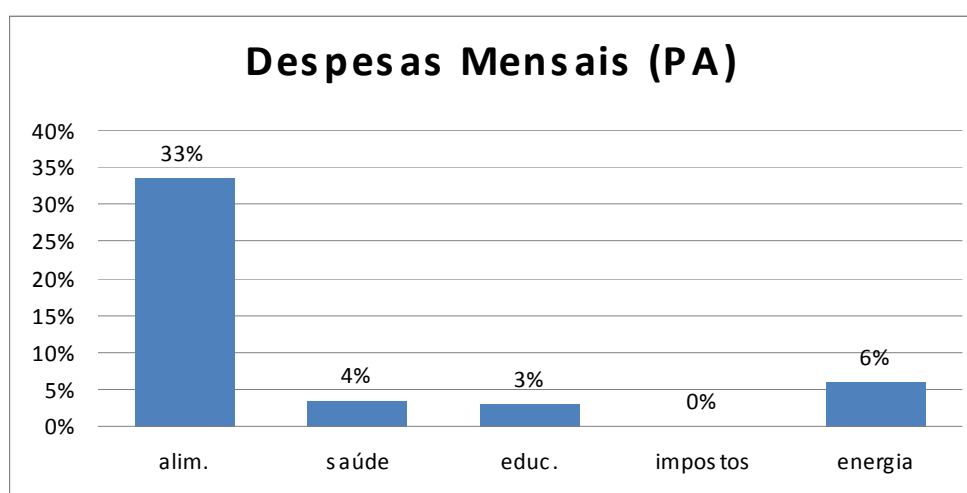


Gráfico 23: Principais despesas nas famílias do estado do Pará

## 7.8. FONTES DE ENERGIA ELÉTRICA NAS COMUNIDADES

Quanto à eletrificação, as comunidades não possuem rede local, apenas motores geradores a base de óleo diesel. A rede de energia abastece apenas Laranjal do Jarí, Vitória do Jarí, Monte Dourado e Almeirim.

A principal fonte de energia elétrica nas comunidades é o gerador comunitário, que em algumas comunidades está há meses sem funcionar por falta de manutenção. Com isso, alguns moradores que possuem gerador próprio repassam a energia para os vizinhos com o diesel do Governo.

O consumo médio de combustível por comunidade é de 120,28 litros mensais, num custo médio mensal de R\$ 337,00 por comunidades, sendo que este valor é rateado entre as famílias. Deve-se considerar que algumas famílias não têm este custo em função do subsídio do Governo.

Muitas famílias utilizam a vela e a lamparina, e há também aqueles que não possuem nenhum tipo de fonte de luz.

## 7.9 EDUCAÇÃO

Observa-se que 93% das comunidades possuem escolas públicas, porém atuam em situações precárias no que se refere à qualidade de ensino e à infraestrutura. Em 79% das escolas há um professor atuando. 57% atendem até a 4ª série do Ensino Fundamental, 36% até a 8ª série do E.F. nenhuma comunidade é atendida com Ensino Médio.



Gráfico 56: Ensino oferecido pelas escolas nas comunidades.

## 7.10. ASPECTOS AMBIENTAIS

### 7.10.1. Resíduos

Os principais resíduos gerados pelas comunidades são: plástico e garrafas PET, vidros, madeira, papel higiênico e fraldas descartáveis, embalagens de papel e papelão e pilhas. Para a maioria, este lixo é queimado ou enterrado no próprio terreno. Poucas comunidades possuem um aterro comunitário.

O lixo gerado pelas comunidades não possui nenhum tipo de tratamento, inclusive as pilhas, que são queimadas e enterradas, pois a população não sabe como descartar. Poucas famílias têm criação de animais e destas, a maioria não utiliza o estrume. Indagados sobre a possibilidade de armazenar este lixo, a maioria respondeu que é possível fazê-lo.

Foi observada a existência de uma parceria comercial entre a Jari Celulose e uma associação de produtores de açaí do Amapá, voltada para compra de resíduo (caroço de açaí) utilizado como biomassa pela empresa compradora e outra parceria publico-privada (Grupo Orsa e Prefeitura de Almeirim) com foco em educação para a saúde e o meio ambiente, envolvendo a coleta de resíduos perigosos como pilhas e baterias em parte das comunidades de Almeirim.

Também na comunidade de São Francisco do Iratapuru há uma coleta seletiva de lixo feita pela SEMA (Secretaria do Meio Ambiente do Laranjal do Jari). De acordo com o líder do grupo de jovens "Grupo Amapá Jovem Ambiental" diz que a coleta é feita mensalmente e o lixo vendido em Laranjal do Jarí.



Foto 7: armazenamento de lixo em São Francisco do Iratapuru.

### 7.10.2 Utilização do solo

O processo de utilização do solo apresenta-se sobre várias formas de ocupação e organização das comunidades:

- Unidades de produção de uso individual-familiar, subdivididas em áreas produtivas para a agricultura, áreas convertidas em regeneração (capoeiras) e áreas conservadas (reservas legais e áreas de preservação permanente)
- Unidades de uso coletivo e comunitário, a exemplo dos barracões de armazenamento da produção familiar agroextrativista, gerenciados normalmente pela associação dos moradores ou grupo informal de lideranças da comunidade;
- Unidades de Conservação Ambiental: Subdivididas em áreas de proteção integral como a ESEC Jari e áreas de conservação e uso sustentável como a RESEX Cajari, FLOTA Paru e RDS Iratapuru (que permitem a utilização do solo e da floresta pelas comunidades tradicionais que habitam essas áreas):

Quanto à utilização do solo nos locais onde tem floresta nativa, o IBAMA libera 1 (um) hectare por ano para a agricultura por lote e mais a área de capoeira que pode chegar a 2 (dois) hectares até o limite de 20% da área total da propriedade familiar. Este mapeamento é feito pelo IBAMA nos locais da Reserva Extrativista do Rio Cajari. Durante a entrevista, percebeu-se que, sobre o uso do solo para o cultivo agrícola, algumas famílias responderam de acordo com as normas legais e não de acordo com suas realidades.

### 7.10.3. Criação de animais

A região possui aproximadamente 80.000 cabeças de gado. Há criadores de búfalo e gado bovino com quantidades que variam de 10 a 3000 cabeças. A maioria, porém, cria galinhas. Poucas famílias utilizam o estrume.

### 7.10.4. Utilização da água

Em Vitória do Jari e Laranjal do Jari há tratamento de água, porém não atende a toda a população, em Almeirim não há tratamento de água e a distribuição não atende a todos, já em Monte Dourado há tratamento de água e a distribuição atende a todos.

As comunidades Iratapuru, Jarilândia, Padaria e Cachoeira de Santo Antônio, possuem sistema de distribuição de água encanada, porém, o tratamento se restringe ao uso de hipoclorito. Nas demais comunidades da região, o tratamento é feito individualmente em cada domicílio. Não há um sistema de distribuição de água tratada, sendo que para algumas comunidades a Prefeitura fornece o hipoclorito, porém, nem sempre é suficiente para o uso durante todos os dias do mês, e assim, algumas famílias consomem a água sem nenhum tipo de tratamento, muitas vezes porque desconhecem outras formas de fazê-lo, mas sobretudo pelos hábitos de consumo dessas famílias, especialmente as que moram em comunidades próximas a Igarapés e que não têm o costume de tratar a água, consumindo-a *in natura*.

Em relação aos dejetos humanos, não existe qualquer forma de tratamento e destinação adequados, estes são lançados diretamente nos corpos d'água, a céu aberto.

## 8. COMUNIDADE DE SÃO FRANCISCO DO IRATAPURU

A comunidade de São Francisco do Iratapuru foi analisada separadamente pelo fato de apresentar algumas características muito distintas em relação às demais comunidades, sobre vários aspectos, podendo ser uma referência em pesquisa socioambiental na região, além de ser diretamente afetada pelo empreendimento.

A comunidade é atendida por uma cooperativa e duas associações legalizadas, formadas e dirigidas pelos moradores da comunidade. Possui uma fábrica que extrai óleo da Castanha-do-Brasil e vende para a empresa Natura Cosmético, líder no mercado de cosméticos no Brasil.

A infraestrutura da fábrica é cedida pela Associação Comunitária e gerenciada pela Cooperativa de Produtores Extrativistas do Rio Iratapuru – COMARU. De março até agosto as famílias fazem a colheita da castanha e até dezembro fazem o processamento. A produção é encaminhada até Belém por barco com o acompanhamento de um morador (sócio da cooperativa) que confere a qualidade e entrega do produto.

O bagaço restante da produção do óleo é transformado em farinha e vendido para CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento, através dos programas de aquisição de alimentos (PAA) e alimentação escolar (PNAE), utilizada como nutriente para enriquecimento da merenda escolar em Laranjal do Jarí.

Das 46 famílias que fazem parte da comunidade, 70% trabalham na fábrica, onde recebem treinamento para o trabalho, 30% trabalha na roça. Algumas famílias migram para Laranjal do Jarí em busca de emprego, porém não se adaptam e acabam voltando. Os jovens saem da comunidade para estudar e retornam com uma profissão para ajudar a comunidade, muitos participam do Grupo Amapá Jovem Ambiental, responsáveis pelo recolhimento do lixo para vender em Laranjal do Jarí para empresas de reciclagem, embora o líder comunitário diga que este recolhimento não esteja sendo feito.

A comunidade é abastecida por um gerador de energia comunitário a diesel. Quando está a serviço da fábrica, seu consumo chega a 1.200 (mil e duzentos) litros de óleo, nas demais épocas é em torno de 600 (seiscentos) litros. Durante o funcionamento da fábrica a comunidade tem energia durante o dia todo.

A comunidade está localizada na área que será parcialmente inundada pela UHE Santo Antonio do Jari. Em função disso, equipes da empresa estão desenvolvendo ações de esclarecimento e orientação das famílias da área afetada com vistas à relocação das mesmas para outra área no perímetro da comunidade.

A comunidade dispõe de um radio transmissor abastecido por energia solar que permite a comunicação por radio frequência da comunidade com a área urbana.

Na escola há professores regulares, que são moradores da comunidade, e professores modulares, que passam períodos determinados na comunidade. São eles os responsáveis pelos eventos da comunidade como festas do dia das crianças, dia das mães, etc.

A comunidade estabelece parcerias pontuais com o SEBRAE/AP, Governo do Estado do Amapá, Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari e o Grupo Orsa, entre eles um projeto de irrigação em fase de desenvolvimento desde 2009, porém, não concluído até o momento devido à falta de recursos financeiros.

A falta de energia regular prejudica a alimentação e o aumento da produção. A comunidade tem interesse em iniciar o processamento de frutas e em dois anos pretende inaugurar mais duas fábricas: processamento de copaíba e palmito.

Assim como a comunidade do Iratapuru, existem mais 3 comunidades em área de reserva da região, que apresentam características peculiares devido a presença de agroindústrias de



alimentos ligadas às cadeias da castanha e do palmito, implantadas através de projetos de cooperação governamental e internacional.



*Fotos 7 e 8: Comunidade de Iratapuru e Prédio atual para produção de óleo da castanha e*



*Foto 9: área a ser alagada pela hidrelétrica.*

## 9. RESULTADOS DO LEVANTAMENTO PARTICIPATIVO

A referida ação foi realizada nas quatro comunidades da área de influência direta do empreendimento no período de 24 a 26 de outubro, o público atendido está representado na tabela abaixo:

COMUNIDADE (VILA)	Número de participantes
Comunidade Santo Antonio	22
Comunidade Padaria e São José	27
Comunidade Iratapuru	24

Além do objetivo da apresentação do Programa de Educação Ambiental – PEA, esta oficina introdutória também teve o papel de identificar as demandas locais de forma participativa e buscar uma aproximação inicial com o público alvo deste.

Assim, através do processo participativo foi realizado um diagnóstico rápido das quatro comunidades nas seguintes áreas: Social, Educacional e Econômica, uma vez que a educação ambiental perpassa por todos esses aspectos, a fim de orientar a construção do Plano de Trabalho a partir das “demandas levantadas”, possibilitando maior conhecimento a respeito das percepções sócio-ambientais, saberes, costumes e práticas do público alvo.

Na ocasião desenvolveram-se as seguintes atividades:

1. Apresentação do Programa - PEA;
2. Levantamento coletivo das expectativas do PEA;
3. Ferramenta participativa – Diagnóstico rápido sobre os aspectos sociais, educacionais e econômicos;
4. Socialização dos trabalhos em Grupos;
5. Dinâmicas de encerramento / integração;
6. Avaliação Participativa.

A mobilização ocorreu por meio de convite (ANEXO) muito próxima da ação, porém a comunidade respondeu satisfatoriamente a este chamado, estando presente com um bom número de pessoas. Vale ressaltar que a maioria dos presentes era do sexo feminino, visto que, os homens, na sua maioria, estavam envolvidos em atividades produtivas rurais e externas (na cidade de Laranjal do Jari), outros em serviços do respectivo empreendimento. A atividade se deu através da escuta coletiva sobre os temas abordados e do registro escrito das participações.

No que tange as temáticas trabalhadas (educação, sociedade e economia), ressalta-se as comunidades de Santo Antonio e Padaria trazendo a participação dos professores e alunos (crianças, adolescentes e jovens) neste momento, somente na comunidade do Iratapuru os professores não estavam presentes.

No tema educação ainda permanecem aspectos de diagnósticos feitos por outras instituições, sobre a baixa qualidade na infraestrutura e a rotatividade de professores, em alguns casos sobre a falta de alojamento adequado e, nenhuma das comunidades visitadas possui Ensino Médio.

No que diz respeito à associação, segundo os participantes da oficina, a comunidade de Santo Antonio não possui associação comunitária ativa, por esta razão, alguns moradores tornaram-se sócios da associação da comunidade da Padaria, que por sua vez foi apresentada como aspecto positivo por existir e também como ponto a melhorar por estar com várias pendências e dificuldades organizacionais. Já na comunidade do Iratapuru a associação e cooperativa aparecem como aspecto positivo.

Na temática economia, as comunidades Santo Antonio, São José e Padaria apresentaram como fonte de renda o peixe, a farinha, o açaí, a castanha, o cacau, o mel, destacando-se, porém, a grande dificuldade de escoar os produtos. Na comunidade do Iratapuru apresenta-se como atividade econômica principal o extrativismo da castanha, mas existem outros produtos como a farinha e peixe que são praticados apenas para subsistência.

Entretanto, as quatro comunidades trazem com muita preocupação e como aspecto a melhorar a situação do lixo. É uma preocupação coletiva melhorar a limpeza nas comunidades, assim como outros aspectos. Além disso, houve grande apelo sobre as condições da água para uso doméstico.

Como resultados da aplicação das ferramentas de Levantamento de expectativas, das demandas locais e de outras demandas, registradas em outra ferramenta (Cabide<sup>5</sup>), assim foram levantadas e sistematizadas um conjunto de ideias e sugestões que reúnem as expectativas e opiniões dos moradores da área de influência direta com relação ao empreendimento. Os quadros abaixo apresentam as expectativas de cada morador, dividido por comunidade (vila).

---

<sup>5</sup> CABIDE: Ferramenta que registre (guarda) as informações que fazem parte daquele momento para posterior esclarecimentos.

1ª FERRAMENTA - LEVANTAMENTO DE EXPECTATIVAS (Santo Antonio)



Figura 1

<b>Quadro 1 - Levantamento de expectativas sobre o PEA – Santo Antonio</b>	
<b>NOME</b>	<b>EXPECTATIVA</b>
Jorge Rafael – F.O	Aprendizado Refletir suas/minhas atitudes e que tenha continuação
Ricardino - EDP	Geração de conhecimentos coletivos / que sejam nos encontros e também no dia-a-dia
Roselene Cordeiro – F.O	Passar a vir mais vezes aqui, que os encontros aconteçam e que vocês participem
Aila Regis – F.O	Fortalecer a rede comunitária / caminhar juntos
Delangela	Que contribua para limpeza da comunidade
Casemiro	Espero melhoras
Lucivaldo	Aprendizado sobre o meio ambiente
Celina	Melhorar a qualidade da água
Rivaldo	Oportunidade de emprego
Cleonice	Que melhore tudo: educação, transporte, água e energia
Maria de Jesus	Conscientização efetiva da comunidade sobre educação ambiental / que cada um faça sua parte
Ornélia	Respeitar o espaço e a atitude do outro. Cuidado com o lixo
Maria da Conceição	Melhorar a educação, moradia e condições individual
Professora Sandra	Será que há melhoria para todos? O programa veio ajudar inclusive o meu trabalho / que o trabalho seja coletivo
Antonia	Saúde ambiental
Mercedes	Contribua com a limpeza da comunidade
Francisco	Melhorar a questão do lixo
Ana	Melhorar a água
Creuza	Melhorar os conhecimentos sobre meio ambiente
Maria das Graças	Conscientização e conhecimento
Maria da conceição	Espero que a comunidade contribua
Raimunda	Trabalhar primeiramente nós (homens). Precisamos limpar todo lixo que temos nos nossos corações, limpar por dentro. Assim conseguiremos passar algo de bom para os nossos filhos
Maria Luiza	Melhorar a saúde e que os recursos naturais permaneçam
Mirian	Começar a limpeza por nossas casas e com os filhos
Odnéia	Melhoria da água e questão do lixo

**2ª FERRAMENTA – LEVANTAMENTO DE DEMANDAS LOCAIS (Santo Antonio)**



Figura 2

Quadro 2 – Levantamento de demandas locais – Santo Antonio - <b>TEMA: EDUCAÇÃO</b>	
BOM	A MELHORAR
A participação dos educadores (professores) na nossa comunidade é algo excelente, porque são presentes e são atuantes.	Precisamos de professores para ensinar os adultos analfabetos (maior idade), nem todos tem condições de estudar fora.
Assumir os compromissos os quais se comprometem	Educação ambiental para melhorar a questão da limpeza na comunidade
A educação para meus filhos e filhas de 2006 a 2011 melhorou muito	Precisamos também de um transporte escolar para os nossos filhos até a comunidade mais próxima a Padaria
	Precisamos também do apoio do nosso governo para melhorar mais a nossa educação rural
	Em primeiro lugar está a educação



Figura 3

<b>Quadro 3 – Levantamento de demandas locais de forma participativa - Santo Antonio</b>	
<b>TEMA: ECONOMIA</b>	
<b>BOM</b>	<b>A MELHORAR</b>
O empreendimento local	Falta de uma associação Ativa
Melhoria de renda	Falta de cursos profissionalizantes para a comunidade
Bolsa família	Falta de energia para a comunidade
Melhoria de emprego	Falta de recursos para a associação
Temos transporte para levar os produtos agrícolas (banana, castanha, açaí...), esperamos que gere mais oportunidades a partir da energia elétrica	Fracasso (falta) de peixe
	Falta de água tratada para a comunidade
	Falta energia de qualidade



Figura 4

Quadro 4 – Levantamento de demandas locais de forma participativa - Santo Antonio TEMA: SOCIAL	
BOM	A MELHORAR
Esse é o lugar que nasci e cresci, gosto daqui e não quero mudar para outro lugar	Transporte para as famílias que não mora próximo da vila
A comunidade participa da vida social (reuniões, encontros...)	Melhorar os benefícios sociais para comunidade
O que está bom é o transporte que temos	Na comunidade falta melhorar a união, as pessoas estão muito desunidas
O transporte funciona	A comunidade precisa de união
Temos gerador e combustível na comunidade	Precisamos de tratamento da água
Temos posto de saúde e escola	Precisamos melhorar o transporte
Tem energia todo dia, mesmo sendo pouco tempo	O posto médico falta remédios
A vida da comunidade é muito boa, com trabalho e união a vida social dá certo	A comunidade precisa conviver junto, estamos em uma torre de babel
Aqui tem peixe, a água não é poluída, as pessoas são legais com todos, temos uma boa convivência social	União da comunidade nas ações coletivas



**3ª FERRAMENTA - CABIDE - LEVANTAMENTO DE OUTRAS DEMANDAS - (Santo Antonio)**



**FALA DA COMUNIDADE:**  
(Raimunda) Vai ter impacto ambiental muito grande, o rio nunca mais vai ser o mesmo, virgem!

**FALA DA EDP:** (Ricardino)  
Faremos visita da comunidade nas obras, daqui a uns 02 meses



Figura 5 - Foto de todos os participantes

1ª FERRAMENTA - LEVANTAMENTO DE EXPECTATIVAS (Padaria e São José)



Figura 1

<b>Quadro 1 - Levantamento de expectativas sobre o PEA - Padaria e São José</b>	
<b>NOME</b>	<b>ESPECTATIVA</b>
Aila Regis – F.O	Aprender com a comunidade
Denise – Prof. modular	Espero que as mudanças de hoje sejam melhoras para o amanhã
Adreana – Prof.	Saber valorizar o que é nosso
Joel	Dar valor a floresta e ao rio que está ao nosso redor
Josy – Prof.	Valorização, conhecimento, ter cuidado com o meio ambiente, fazer a nossa parte
Fernanda - EDP	Consiga corresponder a comunidade e ir além
Irenilza	Melhoras para a comunidade, transporte para facilitar as questões de saúde
Cenira	Capacitação, ser um agente ambiental para zelar pela comunidade
Henrique	Melhoras para comunidade
Antonia	O que eu não consegui até hoje possa vir de bom para a comunidade por intermédio do programa
Marli Lima – Prof.	Traga o progresso no educacional, social e ambiental
Valdinéia	Melhoras como um todo em especial para nossos filhos
Jalton	Espero melhoras e desenvolvimento para a comunidade
Irene	Um desenvolvimento para os filhos
Vanilza	Espero que os módulos da 5ª série cheguem até o final e que tragam mais emprego para a comunidade
Antonio	Mudanças e emprego para juventude
Odnéia – Prof.	Que junto com o programa os alunos aprendam a cuidar do meio ambiente
Serapião	Que traga emprego e melhorias para a comunidade
Manoel	Traga melhorias para a comunidade.
Rose – F.O	Que a comunidade participe na execução deste programa
Otonial - Visitante	Já aprendi um pouco de tudo,mas seria bom criar eventos para gerar renda para a comunidade

**2ª FERRAMENTA – LEVANTAMENTO DE DEMANDAS LOCAIS (Padaria e São José)**



Figura 2

<b>Quadro 2 – Levantamento de demandas locais - Padaria e São José</b>	
<b>TEMA: EDUCAÇÃO</b>	
BOM	A MELHORAR
Presença dos pais nas escolas	Melhoria dos alojamentos para que os professores possam permanecer na comunidade
Ensino de qualidade	Falta do ensino médio na comunidade
Presença do modular fundamental de 5ª a 8ª na comunidade	Falta de educação infantil
	Ausência do EJA na comunidade
	Reforma urgente no prédio da escola
	Falta de transporte mais seguro e eficiente para os alunos
	Ausência de professores para cada turma de 1ª a 4ª série



Figura 3

Quadro 3 – Levantamento de demandas locais - Padaria e São José	
TEMA: ECONOMIA	
BOM	A MELHORAR
A escola na comunidade	A preservação dos recursos naturais
O extrativismo: castanha, açaí e cacau	A energia da comunidade
A pesca para alimentação	Os maquinários para agricultura familiar
Associação	Local de armazenamento da produção
A construção do novo posto de saúde	Atravessador
Construção da usina hidrelétrica	Transporte
	Falta de recursos financeiros
	Associação (estruturação e capacitação)



Figura 4

<b>Quadro 4 – Levantamento de demandas locais - Padaria e São José</b>	
<b>TEMA: SOCIAL</b>	
BOM	A MELHORAR
Tratamento de água	Palestras e visitas relacionadas (planejamento familiar, violência, vícios e educação ambiental)
Relação dos jovens	Melhorar o tratamento da água
Construção do novo posto médico	Ausência de campanhas, remédios e ações de saúde
Evento cultural: festival da castanha	Transporte
Associação	União da comunidade (progresso)
	Ações de lazer, cursos, eventos ...
	Cursos para geração de renda
	Ensino médio, mais estrutura para escola, energia e mais presença dos pais
	Limpeza da escola
	Que as relações dos jovens sejam exemplo para os adultos
	Coleta do lixo doméstico
	Estruturar o centro comunitário

**3ª FERRAMENTA - CABIDE - LEVANTAMENTO DE OUTRAS DEMANDAS - (Padaria e São José)**



**FALA DA COMUNIDADE:** (Jalton) A barragem só vai trazer coisas boas? Ela não vai destruir alguma coisa!

**FALA DA COMUNIDADE:** (Walter) O progresso traz coisas positivas e negativas, eu espero coisas positivas

**FALA DA COMUNIDADE:** (Benedito) Para quem não tem idade para se empregar o que a empresa pode fazer para ajudar? Em especial com os agricultores? Poderiam comprar os nossos produtos, frutas, legumes etc



Figura 5 – Foto de todos os participantes

**1ª FERRAMENTA - LEVANTAMENTO DE EXPECTATIVAS (Iratapuru)**

<b>Quadro 1 - Levantamento de expectativas sobre o PEA - Iratapuru</b>	
<b>NOME</b>	<b>EXPECTATIVA</b>
Aila Regis – F.O	Contribuir com a comunidade na educação ambiental
Fernanda - EDP	As expectativas de vocês me deixam com muita responsabilidade, traremos esclarecimentos para todas as dúvidas levantadas. Hoje eu estou aqui pela empresa, mas já passei por algo similar na minha infância, já passei por uma relocação quando criança. Espero conseguir cumprir com o acordo
Ricardino - EDP	Essa é a comunidade mais diferente em termo de organização, conscientização, que possamos fazer as coisas da melhor forma possível
Aline - Jari	Contribuir nos aspectos técnicos
Luis de Freitas	Traga benefícios para nossa comunidade, que estejam sempre presentes para tirar as dúvidas
Veimar	Coisas boas para a comunidade
Tereza	Espero que tenha emprego, melhorias. A esperança é melhorar
Dalvinia	Espero coisas boas para parar de sofrer
Rubenita	Melhorias para todos
Beybe	Contribuir no que for necessário
Cristina	Eu espero melhorias, mas até agora não vi. A malária aumentou e a água do Jari já subiu
Ozenira	Precisa ter cuidado com a entrada de estranhos na comunidade
Lindalva	Não cause impacto na comunidade e traga benefício, já está causando malária
Elisabeth	Eu espero que a gente aprenda muitas coisas, tem muito lixo causando impacto
Benedita	Espero que venha luz
José Maria	Que venha melhoras
Paulo	Ainda tem pessoas precisando de emprego na comunidade
Leideane	Espero que a comunidade melhore
Amujacy	transporte, os animais, os peixes e o nosso rio
Madalena	Melhoras para a comunidade e emprego
Wilson	Espero melhoras
Djalma	Podendo melhorar mais a nossa vida, melhor
Gilson	Ultimamente a hidrelétrica não vem me agradando, aumentou o índice de pragas, os piuns estão aumentando, mexeram no habitat natural deles! A relocação das casas da beira para outro lugar vai ser sofrida. Isso vem me preocupando
Antonio	Espero que não venham coisas para ofender a gente
Benedito	Me sinto bem, e agora melhor com a construção da barragem
Mateus	Peço que melhore a comunidade
Julio	Essas mudanças grandes na nossa comunidade, a educação aqui esta muito fraca, as aulas começaram muito tarde e a carga horária não é respeitada, eu sei disso porque sou catraieiro da escola e anoto tudo que vem acontecendo. A educação ambiental depende de cada um de nós, peço ajuda a F.O para que nos ajude com o problema do lixo na comunidade e no porto sabão



Sabá	É importante envolver as crianças nas palestras e oficinas. A questão da educação ambiental é muito preocupante, a natureza que vai ser destruída, quando as árvores forem tiradas ou a área for alagada, tem alguma árvore que fermente (solte alguma substância) e venha prejudicar a saúde de quem bebe essa água? Já ouvi em alguns debates que a hidrelétrica vai sair, mas não vai ter energia para a comunidade
Mauro	A comunidade tem dúvidas, mas desde junho de 1995 que estamos participando das discussões da hidrelétrica! A comunidade precisa de terra para sobreviver, ainda temos tempo para negociar algumas coisas com a empresa, temos que arrumar parceiros, as próprias famílias, as crianças, temos que estar lado a lado. Nós autorizamos, nós concordamos, mas ninguém pensou na malária, nas casas... Não queremos briga, queremos melhorias. A educação é municipal, a empresa não vai e nem tem obrigação de melhorar a educação, isso é política pública, mas sim precisamos de uma escola (INFRA), isso sim, podemos negociar com a empresa.
Luiza	Espero que nosso não mude, e se mudar fique melhor ainda
João da Noca	Nós temos o açazal, e vai ser destruído. Vamos precisar comprar o que antes produzíamos
Conceição	Espero melhorias para a comunidade, a energia por exemplo

**2ª FERRAMENTA – LEVANTAMENTO DE DEMANDAS LOCAIS (Iratapuru)**



Figura 1

<b>Quadro 2 – Levantamento de demandas locais - Iratapuru</b>	
<b>TEMA: EDUCAÇÃO</b>	
BOM	A MELHORAR
Educação Popular <sup>6</sup> (tradicional) da comunidade	Conhecer as Leis
A comunidade já pratica a Educação Ambiental	Que os municípios mantenham mais os professores na comunidade
Educação Religiosa na comunidade	Melhorar a infraestrutura da escola
Solidariedade entre os comunitários	Melhorar a educação familiar
	Trabalhar as questões sobre o alcoolismo
	Educação sexual

<sup>6</sup> EDUCAÇÃO POPULAR: Nesse contexto, refere-se a educação não-formal, de caráter familiar e comunitário, transferida de geração para geração.



Figura 3

<b>Quadro 3 – Levantamento de demandas locais - Iratapuru</b>	
<b>TEMA: ECONOMIA</b>	
BOM	A MELHORAR
Nossa economia está diretamente relacionada a fábrica de castanha, porque traz renda para nossa comunidade	Limpeza dos rios
Período do verão tem quebra na fábrica, isso gera emprego e gera renda	Melhorar a limpeza dos castanhais
Quem tem mandioca na sua roça, vendi aqui mesmo na comunidade	Melhorar o armazenamento da produção nos castanhais
Alguns comunitários vedem peixes em Laranjal e aqui na comunidade	Começar um novo trabalho na fábrica de biscoito
07 trabalhadores na empresa SETE	Buscar novas fontes de renda para comunidade
Diarista no resgate de fauna	



Figura 4

<b>Quadro 4 – Levantamento de demandas locais – Iratapuru - TEMA: SOCIAL</b>	
<b>BOM</b>	<b>A MELHORAR</b>
A igreja hoje é boa	
O lageiro de pedras, parte recreativa/lazer da comunidade, muito bom	Melhorar o diálogo na comunidade
Festejo do padroeiro São Francisco de Assis	Melhorar a comunicação (interna e externa)
O índice de empregos é ótimo	Queremos mais emprego
O campo de futebol	Lageiro, com o nível da água subindo vamos ficar sem nossa área de lazer
O centro comunitário	Reforma do centro comunitário
O apoio dos professores na comunidade	A estrutura da igreja, precisa melhorar
	Um programa para os jovens
	Saúde, precisa melhorar
	A educação precisa melhorar (infraestrutura)
	Melhorar a participação da comunidade nas reuniões e ações
	Precisamos de saneamento básico
	Melhorar a comunicação (antena de celular)
	Melhoria do tratamento da água
	Terra própria
Melhorar a energia para a comunidade	

### 3ª FERRAMENTA - CABIDE-LEVANTAMENTO DE OUTRAS DEMANDAS - (Iratapuru)



**FALA DA COMUNIDADE:** (Julio) Poderíamos incluir na parte de saúde a vacinação dos animais domésticos

**FALA DA COMUNIDADE:** (Gilson/Luiz de Freitas) Rever o período do realocamento das famílias da vila de baixo

**FALA DA COMUNIDADE:** (Luiza) O meio ambiente começa dentro da nossa casa, o meio ambiente e qualquer ambiente que usamos... Muita coisa falta, conhecimento, parceria, pessoas que possam passar esses conhecimentos para nós

**FALA DA COMUNIDADE:** (Mauro) Rever entendimento do protocolo de intenções com a empresa; e fazer uma rodada com as empresas e governo para discutir (energia para comunidade)

**FALA DA COMUNIDADE:** (Luiz de Freitas) A comunidade vai ter energia?

**FALA DA COMUNIDADE:** (Rosa) Nós estamos aqui, mas nossos filhos já estão na cidade, e eles não querem voltar

## AVALIAÇÃO GERAL

As oficinas contaram com 70 participantes, divididas por comunidade; para estimar esse momento foi aplicada uma ficha de avaliação individual (ANEXO).

A ficha de avaliação abordava basicamente a opinião dos participantes quanto a atividade desenvolvida, ao desempenho dos facilitadores e as sugestões dos presentes para as próximas atividades.

Abaixo, apresentamos um quadro-resumo contendo o resultado geral da avaliação quanto à atividade desenvolvida e ao desempenho dos facilitadores informando o nível de satisfação e o número total de participantes das quatro comunidades envolvidas.

Assunto abordado na oficina	Facilitadores
Bom - 65	Bom - 66
Regular - 5	Regular - 3
Ruim - 0	Ruim - 0
	NÃO RESPONDEU - 1

Em seguida, apresentamos as sugestões apontadas pelos participantes em cada comunidade:

### SUGESTÕES - (Santo Antonio)

- Espero que os próximos encontros sejam melhores, os facilitadores foram todos ótimos, foi tudo muito bom hoje, quero que tragam cursos profissionalizantes que a comunidade está precisando mesmo, sem cursos ninguém arruma um emprego melhor
- Quero que tragam cursos de culinária
- Espero que no próximo encontro avise antecipadamente para que possamos preparar uma merenda ou um almoço; também quero agradecer pelo encontro porque foi muito bom para mim, foi muito proveitoso
- Quero saber mais sobre o projeto hidrelétrica
- Tenho muitas dúvidas sobre o projeto hidrelétrica
- Melhoraria para as próximas reuniões, vir mais pessoas da comunidade
- Trazer cursos para comunidade
- Foi muito bom, todos deram a sua opinião, falaram realmente o que tinha que falar, que venha mais vezes na nossa comunidade, que a comunidade seja mais presente
- Espero mais novidades e que a comunidade participe mais e aprenda mais um pouco sobre educação ambiental
- Permanecer os encontro de manhã
- Eu acho que as melhoras dependem da própria comunidade
- Esse programa de educação ambiental é de suma importância para a comunidade, foi muito proveitoso e tivemos a oportunidade de interagir uns com os outros, identificarmos pontos positivos e negativos da nossa comunidade e que as palestras sejam mais frequentes
- Trabalhar mais sobre o peixe, nós temos medo de ficarmos sem peixe! Trazer mais informações sobre esse assunto

### **SUGESTÕES - (Padaria e São José)**

- Gostaria que aumentasse mais as oficinas na comunidade, mais capacitações sobre o meio ambiente para os jovens e adultos
- Mais palestras
- Que sempre ocorra esses encontros para esclarecimentos sobre o assunto, dando oportunidade para as pessoas da comunidade em melhoria em todos os sentidos
- Que sempre sejam realizados encontros / oficinas para envolver a comunidade, que ofereça mecanismos para desenvolvimento melhora na sobrevivência de cada um
- Aconteça esses encontros a cada três meses pra que não caia no esquecimento o que foi abordado
- No aspecto o que falta melhorar que sofra influência desse programa ou deste momento
- Eu achei muito bom as dinâmicas, foi ótimo, foi bom para dar sugestões, eu acho também que faltou mas desempenho na comunidade
- Eu gostaria muito de aprender mais sobre educação ambiental
- Nos encontros na comunidade que sejam trabalhado a sensibilização, preservação em todos os aspectos principalmente em relação aos aspectos ambientais (desmatamento, pesca, queimadas)
- E quero que tragam mais dinâmicas e participe sempre dos movimentos dentro da comunidade em valorização ao meio ambiente
- Mais conversas sobre o empreendimento
- O horário da manhã é o mais adequado
- Apresente mais palestras e ações

### **SUGESTÕES - (Iratapuru)**

- Que os encontros sejam nos dias de sábado
- Que sejam feitas as reuniões as 18h00 nos dias de sábado
- As reuniões na minha opinião deve ser nos dias de sábado de manhã
- Chegarem no horário e demorar mais, também trazer merenda
- Precisamos que voltem outras vezes, para trazer mais aprendizados para aqueles que não estavam neste momento, obrigada por tudo
- Apresentar vídeos
- Vir mais vezes fazer palestras participativas com a comunidade, trazendo mais materiais
- Fazer os encontros nos dias de sábado
- Vir mais vezes na comunidade com novidades
- Melhorar a educação dos mais novos, e oportunidade de um posto médico
- Vir nos sábados ou domingos
- Começar mais cedo, as 08h00
- Que os encontros sejam sempre pala manhã
- Que as próximas reuniões sejam melhores

## 10 Considerações finais

O diagnóstico evidencia que a região apresenta escolas com nível de educação muito baixo no meio rural, trabalhando no modelo de classes multiseriadas<sup>7</sup>, prejudicando a formação escolar da população rural.

As famílias não têm acesso à água potável e nem a um sistema adequado de destinação dos resíduos, o que possibilita a proliferação de doenças, configurando um quadro de más condições de saúde e habitação na propriedade familiar rural.

O contato, mesmo que esporádico, com centros urbanos e o acesso à mídia com o uso de televisão, criou o hábito de consumo de alimentos industrializados, o que aumenta o custo com alimentação, fomenta necessidades de constantes deslocamentos até as cidades e reforça o quadro de saúde acima citado.

As dificuldades apresentadas nesse relatório como condições de acesso até as comunidades (estradas precárias e falta de transporte público); ausência de tecnologias de produção e processamento; dificuldade de comunicação e fragilidade de políticas sociais, sobretudo de educação e saúde, comprometem a produtividade, a diversificação e o escoamento da produção agrícola e extrativista, resultando na baixa participação das comunidades no mercado local de alimentos.

A falta de energia regular compromete a qualidade de vida dessas comunidades no Vale do Jari e as perspectivas de crescimento pessoal, social e profissional, influenciando o êxodo rural, por consequência, contribuindo para aumentar a situação de pobreza e da violência nas áreas urbanizadas da região.

Apesar dessas dificuldades, existe grande potencial de desenvolvimento através do fortalecimento da educação e economia familiar e da qualidade de vida no campo, por meio de políticas e iniciativas público-privadas, com ênfase no fortalecimento da produção familiar agroextrativista, de forma integrada com a qualificação de políticas básicas de infraestrutura, educação, saúde e saneamento ambiental.

Em suma, o levantamento rápido participativo propiciou informações que embasarão a elaboração do Plano de Trabalho do PEA na medida em que mapeia os principais anseios e dificuldades das comunidades envolvidas na área do entorno do empreendimento, possibilitando aperfeiçoar a metodologia e a criação de materiais adequados a realidade local.

---

<sup>7</sup> Classes Multiseriadas: Classe ou turma escolar formada por alunos de diferentes séries sob a regência de um único professor.



## 11 ANEXOS

1. Questionários – Diagnóstico Socioambiental
2. Convites
3. Formulários de Avaliação
4. Listas de Frequência